

apartes

NÚMERO 10 - SET-OUT/2014

Caminho pelas águas

Lei aprovada pelos vereadores integra rios e represas paulistanos ao sistema de transporte público

Ônibus anfíbio navegou o Tietê em setembro para divulgar evento náutico

Medicalização da educação

CMSP debate se alunos hiperativos precisam de remédios

Brasil Vita

O vereador mais votado da história de São Paulo





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Mesa Diretora

Presidente: José Américo (PT)
1º Vice-Presidente: Marta Costa (PSD)
2º Vice-Presidente: George Hato (PMDB)
1º Secretário: Claudinho de Souza (PSDB)
2º Secretário: Conte Lopes (PTB)
1º Suplente: Gilson Barreto (PSDB)
2º Suplente: Dalton Silvano (PV)
Corregedora: Sandra Tadeu (Democratas)

Vereadores da 16ª Legislatura (2013-2016)

Abou Anni (PV) - suplente em exercício, Adilson Amadeu (PTB), Alfreidinho (PT), Andrea Matarazzo (PSDB), Antonio Carlos Rodrigues (PR) - licenciado, Ari Friedenbach (PROS), Arselino Tatto (PT), Atilio Francisco (PRB), Aurélio Miguel (PR), Aurélio Nomura (PSDB), Celso Jatene (PTB) - licenciado, Claudinho de Souza (PSDB), Conte Lopes (PTB), Coronel Camilo (PSD) - suplente em exercício, Coronel Telhada (PSDB), Dalton Silvano (PV), David Soares (PSD), Donato (PT), Edir Sales (PSD), Eduardo Tuma (PSDB), Eliseu Gabriel (PSB), Floriano Pesaro (PSDB), George Hato (PMDB), Gilson Barreto (PSDB), Goulart (PSD), Jair Tatto (PT), Jean Madeira (PRB), José Américo (PT), José Pollice Neto (PSD), Juliana Cardoso (PT), Laércio Benko (PHS), Marco Aurélio Cunha (PSD), Mário Covas Neto (PSDB), Marquito (PTB) - suplente em exercício, Marta Costa (PSD), Milton Leite (Democratas), Nabil Bonduki (PT), Natalini (PV), Nelo Rodolfo (PMDB), Netinho de Paula (PCdoB), Noemi Nonato (PROS), Ota (PROS), Patrícia Bezerra (PSDB), Paulo Fiorilo (PT), Paulo Frange (PTB), Pr. Edemilson Chaves (PP), Reis (PT), Ricardo Nunes (PMDB), Ricardo Teixeira (PV) - licenciado, Ricardo Young (PPS), Roberto Tripoli (PV), Rubens Calvo (PMDB), Sandra Tadeu (Democratas), Senival Moura (PT), Souza Santos (PSD), Toninho Paiva (PR), Toninho Vespoli (PSOL), Vavá (PT)

Expediente

Editor executivo: José Carlos Teixeira de Camargo Filho
Elaboração: CCL3 - Equipe de Comunicação da CMSP
Supervisora: Maria Isabel Lopes Correa
Editor: Sândor Vasconcelos
Editora assistente: Gisele Machado
Repórteres: Fausto Salvadori Filho, Rodrigo Garcia
Apoio jornalístico: Assessoria de Imprensa da Presidência, Diretoria de Comunicação Externa
Fotografia: Ângelo Dantas, Fábio Lazzari, Gute Garbelotto, Mozart Gomes, Reinaldo Stávale, Ricardo Rocha, Marcelo Ximenez
Editoração e arte: Elton Jhones Pereira e Rogério Alves
Estagiários: Alyne Scarpioni, Bruno Garutti, Hugo Ramallo, Pedro Santana, Raphaela de Oliveira
Equipe executiva e de expedição: Leandro Uliam, Leonardo Pedrazzoli, Lívia Tamashiro
Unidades de apoio: Procuradoria, Secretaria de Documentação - SGP.3, Secretaria de Recursos Humanos - SGA.1
CTP, impressão e acabamento: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo
Capa: Divulgação Boat Show (foto principal) e Gute Garbelotto/CMSP (foto menor)

Revista Apartes - Palácio Anchieta

Viaduto Jacareí, 100 - Anexo, 2º andar, sala 212A - Bela Vista
São Paulo - SP - CEP 01319-900
Tel.: (11) 3396-4206 - E-mail: apartes@camara.sp.gov.br
Versão digital disponível em: www.camara.sp.gov.br

Tiragem: 10.000 exemplares
Fechamento desta edição: 10/10/2014

Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no portal www.camara.sp.gov.br.

PALAVRA DO PRESIDENTE

Vereador José Américo
Presidente da CMSP



Sua opinião é muito importante para a construção deste veículo de comunicação pública

Entre em contato:
apartes@camara.sp.gov.br

Siga:
[@RevistaApartes](https://twitter.com/RevistaApartes)

Curta:
[/RevistaApartes](https://www.facebook.com/RevistaApartes)

Visite:
www.camara.sp.gov.br

apartes

A cidade de São Paulo passa por um processo de discussão e planejamento de seu futuro. Após amplo debate com a sociedade, a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) aprovou no primeiro semestre o Plano Diretor Estratégico (PDE). Após esse importante trabalho, entrou em pauta o Plano Municipal de Educação (PME), assunto de uma das reportagens desta edição. Audiências públicas foram realizadas, e as sugestões para o PME ainda podem ser enviadas pelo site <http://pme.camara.sp.gov.br>. A participação popular é imprescindível para que o Plano de Educação tenha o mesmo sucesso obtido pelo PDE.

A influência dos cidadãos nas decisões do governo municipal tornou-se, inclusive, mais direta com uma iniciativa da Câmara abordada em outra matéria desta edição. Graças a duas emendas parlamentares a um projeto do Executivo, criou-se o Conselho Participativo Municipal, com representação em todas as Subprefeituras paulistanas. O principal objetivo dos conselheiros é lutar para que os direitos da população sejam atendidos pelos serviços públicos.

Falar do futuro da capital paulista inclui, necessariamente, discutir soluções para seu trânsito caótico. Nesta edição, apresentamos lei aprovada pela CMSP que prevê a incorporação do Sistema de Transporte Público Hidroviário de São Paulo (STPHSP) à rede de transporte coletivo, como ônibus, metrô e trem. A reportagem *De barco e Bilhete Único* resgata a época em que São Paulo usufruía de seus rios, seja para transporte ou lazer. O texto também aponta as possibilidades que as hidrovias trazem para a cidade, com a utilização dos rios Tietê e Pinheiros, além das represas Billings e Guarapiranga. Mostra, inclusive, que dois projetos em tramitação na CMSP criam as primeiras hidrolinhas.

Ainda sobre o tema educação, esta edição debate a questão da medicalização, assunto que vem ganhando corpo neste Parlamento, com seminários, discussões e projetos. A reportagem *Da sala de aula para o consultório* aproveita um projeto de lei aprovado pelos vereadores, que criou o Dia Municipal de Luta contra a Medicalização da Educação, para abordar questões como o alto número de alunos diagnosticados com transtornos, doenças e distúrbios, assim como o aumento do consumo de remédios para tratamento de problemas como déficit de atenção.

Continuando com a série de perfis que homenageiam e relembram a história de parlamentares importantes da Câmara, trazemos a trajetória de João Brasil Vita, vereador em São Paulo por dez mandatos consecutivos, presidente emérito da Casa e nome do Salão Nobre do Palácio Anchieta, sede da CMSP. Da infância no bairro do Cambuci à Presidência da Câmara, Vita chegou a ser prefeito da capital por seis dias, mas nem o pouco tempo impediu que deixasse uma herança importante para a cidade como chefe do Executivo. Os detalhes estão em *Quatro décadas no Parlamento*.

Uma ótima leitura a todos!



Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no portal www.camara.sp.gov.br



8



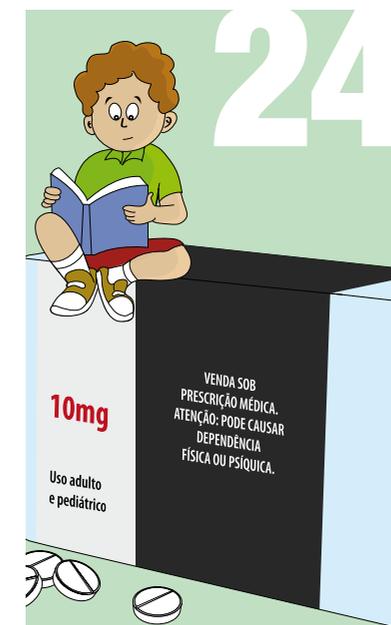
10



13



16



24



31



39

SUMÁRIO

3 **Palavra do Presidente**

6 **Notas**

8 **PME**
Futuro da educação em debate

10 **Documentação**
Hieróglifo moderno

13 **Premiação**
Inspiração para o bem

16 **Transporte**
De barco e Bilhete Único

24 **Saúde**
Da sala de aula para o consultório

31 **Perfil**
Brasil Vita - Quatro décadas no Parlamento

39 **Participação**
Um novo jeito de fazer a diferença



Piscinas só com salva-vidas

Segundo o Corpo de Bombeiros, 89% dos afogamentos de crianças em piscina ocorrem por falta de supervisão. Por isso, a Lei 16.059/2014, proposta pela vereadora Sandra Tadeu (DEM) e promulgada em agosto, determina a presença de um profissional de salvamento habilitado nas piscinas de creches, escolas e outras unidades educacionais, desportivas e de lazer públicas e privadas na cidade de São Paulo.

De acordo com a nova legislação, o estabelecimento que descumprir a lei ficará suspenso por 30 dias. Se a

irregularidade persistir, o alvará de funcionamento será cassado. De acordo com pesquisa da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático (Sobrasa), o afogamento é a segunda maior causa de morte de crianças no Brasil.

Para diminuir esse risco, os bombeiros recomendam vedar a piscina com uma capa após o uso, isolar o local com grades de pelo menos 1,5 metro, não deixar brinquedos nas proximidades, desligar o filtro quando alguém estiver na água e usar coletes presos ao corpo das crianças, em vez de boias ou flutuadores.

Reconhecimento aos maçons

Filosofia, educação, ciência e filantropia são os principais pilares da Maçonaria, que atua, entre outras causas, no combate aos privilégios. Para reconhecer as ações dos maçons em prol dos paulistanos, a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) instituiu a Medalha José Bonifácio e Diploma de Reconheci-

mento. Neste ano, a premiação foi realizada em 5 de setembro.

“Por menor que seja a unidade maçônica, certamente ela presta um grande serviço à comunidade que representa”, disse na cerimônia o vereador Goulart (PSD), proponente da honraria ao lado do ex-vereador William Woo. Nesta edição, os homenageados foram André Luiz de Moraes Rizzo, Antonio Pio Neto, David Arthur Whittemore, Jorge Ceravolo Junior, José Luiz Socorro,

Laerte Alves da Silva, Luiz Zuffo, Paulo Barcellos Gatti e Paulo Rangel do Nascimento. As indicações foram feitas pelas instituições Grande Oriente de São Paulo, Grande Oriente Paulista e Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo.

O nome da honraria homenageia o patriarca da Independência brasileira, José Bonifácio de Andrada e Silva, primeiro grão-mestre (mais alto representante) da instituição Grande Oriente do Brasil.

CMSP lança aplicativo do PDE

A Câmara lançou, em 25 de setembro, o aplicativo Plano Diretor na Mão, com informações sobre o novo Plano Diretor Estratégico de São Paulo. O app é gratuito e está disponível para iOS e Android.

Delegados aposentados são homenageados

A Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) homenageou, por relevantes serviços prestados, 25 delegados de polícia civil aposentados. A cerimônia ocorreu no dia 18 de agosto. “Precisamos fazer o que podemos para fortalecer a ideia de uma polícia republicana, independente, de Estado”, disse na cerimônia o presidente da CMSP, José Américo (PT), que elogiou a competência da Polícia Civil do Estado, apesar de dificuldades como a questão salarial.

Os profissionais foram indicados pela CMSP, em parceria com a Associação dos Delegados de Polícia do Estado e a Delegacia Geral de Polícia. A homenagem foi estabelecida pela Resolução 2/2005, proposta pelo vereador Celso Jatene (PTB), que atualmente está licenciado para exercer o cargo de secretário municipal de Esportes e também é delegado de polícia. O mesmo documento criou o Dia do Reconhecimento aos Delegados de Polícia Civil Aposentados.



Presidente José Américo entrega troféu a Osmar Santos

Osmar Santos é o destaque no Dia do Rádio

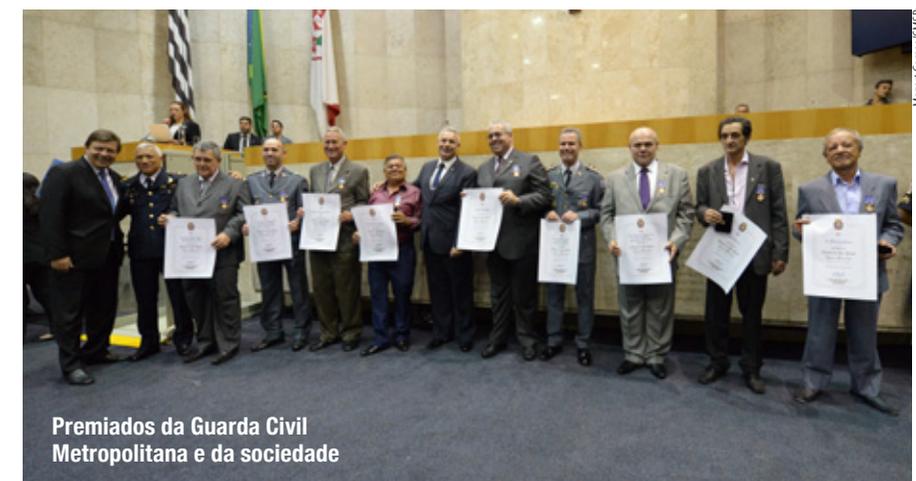
A CMSP celebrou o Dia do Rádio (25 de setembro) com homenagem a comentarista esportivo e narrador Osmar Santos. Criador de bordões como “ripa na chulipa” e locutor das Diretas Já, ele recebeu um troféu e participou de um programa ao vivo na Web Rádio Câmara.

GCM recebe Medalha Jânio Quadros

Neste ano, a CMSP criou a Medalha e Diploma Jânio Quadros, em reconhecimento à atuação da Guarda Civil Metropolitana (GCM) em prol da população paulistana. A cerimônia de entrega, ocorrida no dia 15 de setembro, homenageou 70 guardas civis, além de 20 personalidades com atuação em benefício da comunidade, após

terem seus nomes indicados pelo comandante-geral da GCM.

Proposta pelos vereadores Coronel Telhada (PSDB) e José Américo (PT), presidente da CMSP, a honraria foi criada pela Resolução 2/2014. O nome do prêmio é uma referência ao ex-prefeito de São Paulo, que promulgou a Lei 10.115/1986, que criou a GCM.



Premiados da Guarda Civil Metropolitana e da sociedade

Futuro da educação em debate

Após coletar a opinião da sociedade, Câmara se prepara para votar o Plano Municipal de Educação

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

Em 27 de setembro encerraram-se as audiências públicas sobre o Plano Municipal de Educação (PME), em tramitação na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP). A colaboração popular subsidiará a versão final do substitutivo à proposta da Prefeitura para o Plano, que organizará o sistema educacional paulistano para os próximos dez anos. Após aprovado e sancionado, este será o primeiro PME desde que a Lei Orgânica do Município (LOM), de 1990, determinou sua existência.

O autor do substitutivo será o vereador Toninho Vespoli (PSOL), também relator do Projeto de Lei (PL) do PME (415/2012), enviado pelo Executivo. Ambos os documentos estabelecem as metas e as estratégias escolhidas para atingi-las e serão analisados pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes. O texto aprovado seguirá para a Comissão de Finanças e Orçamento, para depois ser votado pelos vereadores e seguir para sanção do prefeito Fernando Haddad (PT).

O Plano Municipal de Educação vem sendo debatido entre o Executivo e os cidadãos desde 2008, com a realização de eventos públicos. De novembro de 2012 a setembro deste ano, a CMSP realizou 16 audiências abertas à



CIDADANIA • Representante dos profissionais de educação, Laura Cymbalista participa de audiência pública na Câmara

população sobre o PME – as dez primeiras discutiram o texto do Executivo e as últimas analisaram a minuta de substitutivo. Esse trabalho vem sendo coordenado pela Comissão de Educação da Câmara, composta pelos vereadores Toninho Vespoli, Reis (PT) – presidente, Edir Sales (PSD) – vice-presidente, Claudinho de Souza (PSDB), Eliseu Gabriel (PSB), Jean Madeira (PRB) e Ota (PROS).

PARTICIPAÇÃO POPULAR

Em audiência pública no dia 16 de agosto, Vespoli disse que o substitutivo irá preencher lacunas do PL 415/2012. Entre as mais relevantes, o vereador quer que no texto conste a meta de se aplicar pelo menos 35% da receita de impostos na Educação, ante 31% previstos na LOM.

A proposta do parlamentar se baseia nas audiências públicas, no projeto do Executivo e no Plano Nacional de Educação (PNE). Para elaborar o substitutivo, Vespoli conta ainda com a colaboração dos participantes da Conferência Municipal de Educação, realizada em

PROJETO DO EXECUTIVO

Principais metas do PL 415/2012:

- Universalizar o atendimento escolar infantil e elevar a qualidade da educação básica
- Ampliar a carga horária na pré-escola e ensino fundamental
- Aumentar a escolaridade média da população com idade entre 18 e 24 anos
- Erradicar o analfabetismo absoluto e diminuir o analfabetismo funcional
- Oferecer, a jovens e adultos, porcentagem mínima de vagas integradas ao ensino profissional
- Elevar as matrículas no ensino profissional técnico de nível médio
- Contribuir com os governos federal e estadual para elevar as matrículas no ensino superior
- Garantir que os professores da educação básica possuam curso específico de nível superior e estimular a formação continuada em sua área de atuação
- Valorizar o profissional do ensino
- Consolidar a educação ambiental
- Combater o preconceito e a discriminação

2010, para levantar mais subsídios. Segundo o relator, a contribuição dos cidadãos foi importante “para atualizar as informações e também porque o PL não contemplava a maioria das questões abordadas durante a Conferência”.

Uma das pessoas ouvidas pela Comissão foi a mestre em Educação Denise Carreira, que pediu a inserção do Custo Aluno Qualida-

de (CAQ) no substitutivo. O índice, atualmente incorporado ao PNE, foi criado com ajuda da especialista. “O CAQ representa a mudança da lógica do financiamento atual, por questionar qual o recurso necessário para concretizar os padrões de qualidade previstos na lei”, explicou a educadora em uma reunião feita em junho.

Outro ponto incluído no substitutivo da CMSP visa impedir que o

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA

Principais metas adicionadas pela minuta:

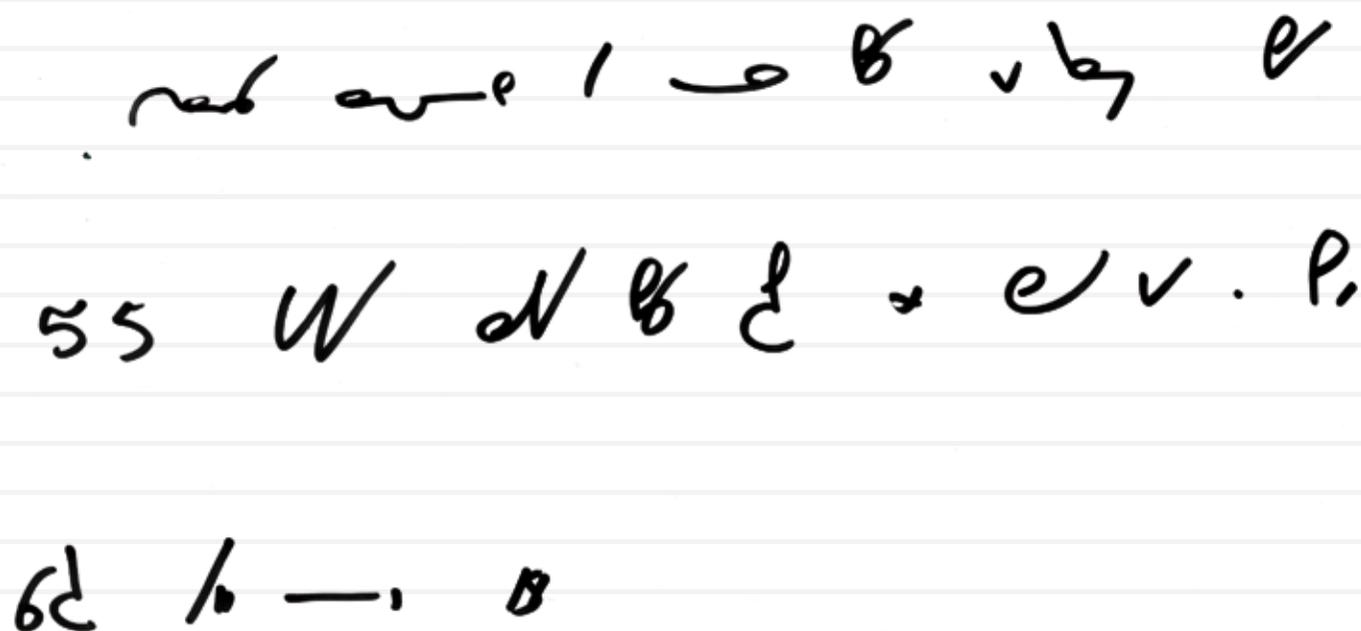
- Aplicar em educação 35% da receita de impostos
- Desvincular o Programa Leve Leite da despesa educacional
- Implantar o Custo Aluno Qualidade (CAQ)
- Reduzir a relação de estudantes por professor
- Elaborar planos regionais de educação

Programa Leve Leite seja considerado uma despesa educacional. “A verba que deveria ser usada especificamente na manutenção e desenvolvimento no ensino muitas vezes é usada para outras coisas”, mencionou Laura de Carvalho Cymbalista, vice-secretária geral do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal, durante audiência pública na Câmara. 

SAIBA MAIS

Site

<http://pme.camara.sp.gov.br>



Hieróglifo moderno

Por meio de símbolos, taquígrafos registram desde 1948 o que se fala na CMSP

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

A palavra falada voa e a escrita permanece”, afirma um antigo ditado. Portanto, é fundamental que discursos, depoimentos, protestos, questões de ordem e apartes ditos em um Parlamento fiquem registrados por escrito, preservados para a histó-

ria. Para que isso seja feito o mais rápido possível, existe o serviço de taquigrafia, método que usa sinais e abreviaturas para acelerar a escrita. No alto desta página, por exemplo, lê-se (em forma taquigráfica) “A Câmara Municipal de São Paulo é formada por 55 vere-

adores eleitos pelo povo. Ela é o Poder Legislativo desta cidade”.

O serviço de taquigrafia da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) existe desde 1948 e transcreve sessões (inclusive as solenes), reuniões das Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs),

audiências públicas e alguns eventos organizados por vereadores. “O taquígrafo tem fé pública, o que ele registra vai para os anais da Casa”, diz a responsável pela Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão da Câmara, Paula de Castro Bello. Ela explica que, à medida que o vereador fala, o taquígrafo transcreve utilizando os sinais, que depois são traduzidos.

Cerca de 3 horas após o fim das sessões ordinárias e extraordinárias, o material produzido pela taquigrafia é disponibilizado no portal www.camara.sp.gov.br, na seção *Atividades Legislativas*. Em aproximadamente 15 dias é publicado no Diário Oficial da Cidade. No caso de um discurso, o texto passa antes pela revisão do vereador que fez o pronunciamento, mas ele não tem permissão para retirar, apenas acrescentar informação. Somente a Presidência da Câmara tem autoridade para excluir partes da transcrição.

Com 30 anos de atuação na CMSP, Paula Bello lembra-se da boa oratória de dois ex-vereadores. Brasil Vita (veja perfil na pág. 31), segundo ela, “tinha um vocabulário vastíssimo”, enquanto José Eduardo Cardozo, atual ministro da Justiça, notabilizava-se por usar muito bem as pausas, “o que facilitava bastante taquígrafá-lo”. Entre os momentos ruins passados pela equipe, ela se recorda dos trabalhos durante a CPI da Máfia dos Fiscais, em 1999, quando alguns depoentes vestiam colete à prova de bala. Os taquígrafos, que ficavam bem ao lado dos declarantes, estavam assustados. “Eles pensaram: ‘se estão de colete é porque alguém pode atirar, e a bala pode nos atingir’. Mas nada aconteceu, ainda bem”, diz aliviada.

Paula ressalta que o taquígrafo tem a obrigação de preservar o estilo de cada orador, mas também o dever de reelaborar pensamentos mal formulados e respeitar o sen-



FATOR HUMANO
Tecnologia aprimora o processo, mas não substitui o taquígrafo, diz Paula Bello

tido exato que o autor quis dar às palavras. Quando há ocorrências no plenário, como aplausos ou vaias, o funcionário tem de registrá-las, e se alguém usa expressões que possam caracterizar ofensa ao decoro o taquígrafo deve consultar a chefia. Segundo a secretária, o bom taquígrafo fica “invisível”, com atitude discreta, pois ninguém fica à vontade sabendo que alguém está anotando tudo o que se fala. “Tive uma chefe que dizia que taquígrafo tem de ter cara de vaso, não falar nada, nem mesmo rir, mais isso é impossível”, conta.

FUTURO DA PROFISSÃO

No Palácio Anchieta, sede da CMSP, trabalham 24 taquígrafos, formados em diversos cursos superiores como engenharia, geografia, psicologia, letras e relações internacionais. “É um grupo bem eclético, isso enriquece nosso trabalho, porque a Câmara trata de muitos

REGISTRO • Taquígrafas durante trabalho no Plenário 1º de Maio





TAQUIGRAMAS • O método Leite Alves, na foto, é um dos mais utilizados pelos taquígrafos da CMSP

temas”, diz Paula. Esses profissionais conseguem transcrever cerca de 100 palavras por minuto.

Existem centenas de métodos de taquigrafia, e no Brasil os principais são o Taylor, o Leite Alves e o Nelson de Oliveira. É possível usar qualquer um deles. “O método não importa, às vezes o próprio taquígrafo cria seus sinais, os taquigramas; o importante é o resultado final”, esclarece a supervisora da Equipe de Taquigrafia e Revisão da CMSP, Carla Oliveira Santos Mariano. Na Câmara, os profissionais utilizam bloco de anotação e lápis ou caneta. “As máquinas de taquigrafia, conhecidas como estenotípia, são mais usadas nos tribunais”, informa Carla.

Taquigrafia, que em grego quer dizer “escrita rápida”, também é conhecida como estenografia (ou “escrita abreviada”, no mesmo idioma). O primeiro taquígrafo de que se tem registro é Tiro, secretário de Marco Túlio Cícero (106 a.C. - 43 a.C.), político do Império Romano. Ele criou as notas tironianas para conseguir registrar com mais rapidez os famosos discursos de seu superior.

Mais de 2 mil anos depois de Tiro, a discussão hoje é se os especialistas da área serão substituídos por programas de computadores capazes de reconhecer o que está sendo falado e transcrever automaticamente. Paula tem certeza de que não, e acredita que o taquígrafo sempre será necessário, mesmo com o desenvol-

vimento tecnológico. Ela conta que uma vez estava taquigrafando uma reunião de pesquisa de preço em que dez pessoas discutiam e algumas falavam ao mesmo tempo. “Eu tive de me esforçar para saber em quem deveria prestar atenção, quando pôr outros comentários e, no final, fazer um texto único”, diz. Segundo a taquígrafa, a tecnologia aprimora o procedimento, mas não substitui o profissional. “Tem a emoção, a ironia, o humor, a sutileza, e isso só o ser humano capta”, conclui. 

SAIBA MAIS

Site
www.taquigrafia.emfoco.nom.br

CAPACITAÇÃO
Projeto do Cempre transforma
catadores em recicladores

PREMIAÇÃO



Inspiração para o bem

Prêmio Betinho homenageia entidades que promovem cidadania e solidariedade

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

Há 22 anos, a associação sem fins lucrativos Compromisso Empresarial para a Reciclagem (Cempre) vem ajudando a transformar catadores em profissionais da reciclagem de resíduos sólidos. Em agosto, esse esforço foi reconhecido pela cidade de São Paulo, pois

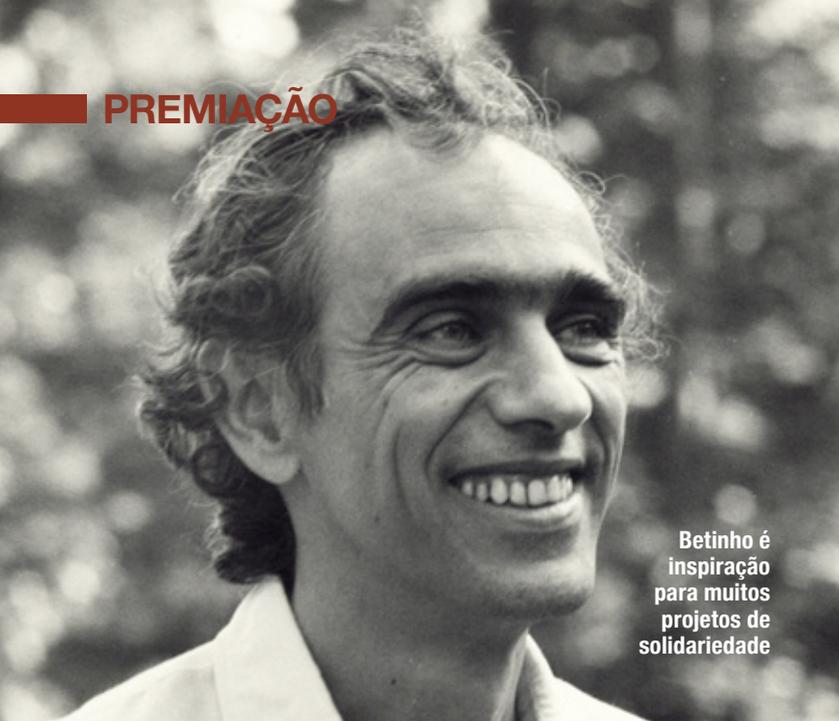
seu projeto Cooperar Reciclando-Reciclar Cooperando ganhou a Salva de Prata do Prêmio Betinho de Democracia e Cidadania, entregue em sessão solene pela Câmara Municipal de São Paulo (CMSP).

Analista de projetos do Cempre, Aline Paschoalino explica que

o Cooperar Reciclando-Reciclar Cooperando fornece equipamentos, capacitação e palestras sobre saúde e segurança para grupos de catadores. “Apoiamos mais de 140 cooperativas em todo o Brasil, somando um total de mais de 4 mil trabalhadores”, conta.



RECONHECIMENTO
Vereador Rubens Calvo
(de calça branca)
entrega Salva de Prata
à equipe do Cempre



Betinho é inspiração para muitos projetos de solidariedade

www.3mascosdesangue.com.br

Sinônimo de solidariedade

O sociólogo Herbert de Souza, Betinho, já foi mais conhecido como “o irmão do cartunista Henfil”. Contudo, depois de voltar do exílio e liderar uma campanha contra a fome no País, ficou conhecido internacionalmente e se tornou sinônimo de solidariedade.

Militante de esquerda, ele se exilou em 1971 e viveu no Canadá e no México. Com a anistia, voltou ao Brasil em 1979 e, depois de dois anos, fundou o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), dedicado à democratização da informação.

A luta contra as injustiças sociais se intensificou em 1993, quando Betinho lançou a campanha Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, com o lema “Cada um pode fazer alguma coisa pelo outro” e a proposta de arrecadar alimentos para famílias carentes.

Betinho defendia a criação de pequenos grupos para planejar e executar ações solidárias, desde distribuir sopa nas ruas até organizar hortas comunitárias. A Campanha da Fome chegou a mobilizar cerca de 3 milhões de voluntários, arrecadando e distribuindo toneladas de alimentos para famílias carentes de todo o Brasil.

O sociólogo costumava dizer que “acabar com a fome não é só dar comida, e acabar com a miséria não é só gerar emprego, mas reconstruir radicalmente toda a sociedade”. Por sua luta, Betinho foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz em 1994, mas não ganhou.

Ele era hemofílico e contraiu o vírus HIV, causador da aids, em uma transfusão de sangue. Em 1986, ajudou a fundar a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia). Morreu em consequência da doença em 9 de agosto de 1997, aos 62 anos. Hoje é inspiração para muitos projetos de solidariedade.



Marcelo Ximenes/CMSP

HOMENAGEM
Representantes da Escola de Governo de São Paulo (acima) e da Fundação Itaú Social receberam menção honrosa pelos projetos

No evento, também foram entregues duas menções honrosas. Uma para a Fundação Itaú Social pelo Programa Jovens Urbanos, que procura ajudar quem está entrando no mercado de trabalho. A outra foi para a Escola de Governo de São Paulo – Associação Instituto de Política e Formação Cidadã (IPFC) pelo projeto Escola de Governo: Compromisso Histórico com a Construção da Cidadania Ativa. Para Maurício Xixo Piragino, diretor da Escola de Governo, o reconhecimento por parte da CMSP é muito importante, pois mostra que os vereadores estão preocupados com a educação. “A democracia brasileira avança quando as câmaras municipais ficam melhores,” opina.

Na edição deste ano do Prêmio Betinho concorreram 18 projetos, analisados por uma comissão julgadora formada por representantes da Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais (Abong), da Comissão de Direitos Huma-

nos da Ordem dos Advogados do Brasil, da Associação Juízes para a Democracia, da Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida e do Teatro Popular União e Olho Vivo, organização vencedora no ano passado. Um dos julgadores, Gilson Mendes, da ONG Cidadania Contra a Miséria e pela Vida, explica que um dos principais critérios é a abrangência da iniciativa, mas também são analisados o estímulo à participação da comunidade e as soluções inovadoras da proposta.

CONTINUIDADE DO TRABALHO

O nome do prêmio é uma homenagem ao sociólogo Herbert de Souza, Betinho (veja box na pág. ao lado), um dos principais militantes contra a miséria no País. A premiação foi criada por meio do Projeto de Re-



Marcelo Ximenes/CMSP

Prêmio Betinho 2014

SALVA DE PRATA

Compromisso Empresarial para a Reciclagem (Cempre)

Projeto Cooperar Reciclando
- Reciclar Cooperando

MENÇÕES HONROSAS

Fundação Itaú Social

Programa Jovens Urbanos

Escola de Governo de São Paulo - Associação Instituto de Política e Formação Cidadã

Projeto Escola de Governo: Compromisso Histórico com a Construção da Cidadania Ativa

solução (PR) 36/1997, para homenagear as organizações que se destacaram na execução de projetos relacionados à luta pela cidadania e o combate à miséria na cidade de São Paulo. De acordo com a justificativa apresentada pelo ex-vereador José Eduardo Cardozo, autor da proposta, a iniciativa, além de homenagear Betinho, “é um instrumento de continuidade ao trabalho por ele desenvolvido para estimular a mobilização do povo brasileiro pelo fim da miséria”.

Segundo o vereador Calvo (PMDB), que presidiu a sessão solene de entrega, essa premiação é fundamental para não se esquecer da importância da solidariedade. “Estou aqui para absorver um pouco dessa energia positiva das pessoas que se preocupam com o próximo”, declarou o parlamentar. 

De barco e Bilhete Único

Lei da Câmara prevê rios e represas incorporados ao sistema público de transporte coletivo de São Paulo

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

Os maltratados rios e represas de São Paulo são lugares “extraordinários”, na opinião do especialista em infraestrutura fluvial Alexandre Delijaicov. A descrição é pouco usual, principalmente por se referir a águas que, “em alguns pontos, não são líquidas, mas uma pasta”, nas palavras do próprio acadêmico. O estudioso, no entanto, leva em conta o protagonismo que as águas paulistanas já tiveram e podem voltar a ter na cidade.

Essa importância histórica, perdida nas últimas décadas, pode ser retomada por meio da Lei 16.010/2014, proposta pelo vereador Ricardo Nunes (PMDB) e promulgada em junho. A legislação prevê a incorporação do Sistema de Transporte Público Hidroviário de São Paulo (STPHSP) à rede de transporte coletivo. Ou seja, o paulistano poderá navegar por rios e represas da cidade e pagar com

o Bilhete Único, já que os portos estarão integrados ao sistema de ônibus, metrô e trem.

Delijaicov, que é arquiteto da Prefeitura de São Paulo, professor doutor e coordenador do Grupo Metrópole Fluvial da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP), diz que o STPHSP poderia ser composto por cinco potenciais hidroviárias: uma no Rio Tietê, duas no Rio Pinheiros, uma na Represa Guarapiranga e outra na Represa Billings.

A via do Rio Tietê, sozinha, teria 30 quilômetros de extensão, a maior entre as três hidroviárias lineares que devem integrar o sistema paulistano. Nos rios os trajetos serão feitos em linha reta, mas nas represas não, então é quase impossível calcular a extensão e quantidade das travessias (veja box na pág. 22). “Nos lagos (represas), a possibilidade de ligações é ilimitada

FUTURO
O Rio Pinheiros corta São Paulo de norte a sul e terá uma das hidrolinhas

da, lembra uma teia de aranha”, explica Delijaicov, um dos profissionais que deram subsídios à elaboração da lei.

LINHAS AQUÁTICAS

Quem tem condições financeiras para comprar uma embarcação e pagar pela ancoragem sabe o valor de cortar caminho. A administradora Renata Maynard leva hoje 13 minutos para chegar ao trabalho de jet ski, pela represa Guarapiranga, em vez de perder 2 horas e meia todos os dias em seu automóvel na Estrada do M’Boi Mirim. Ela foi ouvida pela equipe do portal da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP). Seu pai, o empresário Ricardo Maynard, é outro que desistiu do asfalto: também vai trabalhar de jet ski, na Capela do Socorro, e chega em apenas 10 minutos. “Aproveito a paisagem e ainda tenho segurança”, conta. De carro, levava pelo menos 1 hora e 40 minutos.

Para a mesma reportagem, a equipe do portal fez um teste. Às 10 horas de uma sexta-feira, em período de férias escolares, um dos repórteres percorreu de ônibus em 1 hora e 15 minutos os 10,4 quilômetros que separam o Jardim Horizonte Azul, no extremo sul de São Paulo, do bairro de Santo Amaro, também na

HIDROLINHAS • Jair Tatto apresentou proposta que cria as duas primeiras linhas da cidade



Gulibe Galvão/CMSP



Arthur Busin, atleta do Clube Esperia, salta de trampolim no Tietê em 1927

Arquivo Histórico Clube Esperia

Quando São Paulo era navegada



Sede do Clube Esperia, em 1910

Arquivo Histórico Clube Esperia



Regata mista no Rio Tietê, na década de 1910

Arquivo Histórico Clube Esperia

Durante séculos, foi possível se deslocar pelos cursos d’água da cidade de São Paulo. No lugar onde hoje fica a Avenida Juscelino Kubitschek havia um rio por onde circulavam canoas. Até o século 19, a Rua 25 de Março recebia embarcações e a Ladeira Porto Geral tem esse nome porque já abrigou um porto. O Rio Pinheiros já foi uma rota para interligar aldeias indígenas e depois sediou regatas. O Tietê era local de recreio, com passeio em barcos por suas águas limpas e calmas, embelezadas por florestas. Em 1920, as embarcações paulistanas chegavam a 2 mil – considerando apenas as licenciadas, mas o foco nos transportes rodoviários fez esses números caírem vertiginosamente ao longo dos anos.

Em 1899 surgiu o Clube Esperia, à época voltado ao remo no então sinuoso Tietê. Outra agremiação icônica foi o Clube de Regatas Tietê, fechado em 2012 após 105 anos de funcionamento. No rio, acontecia uma famosa prova de natação, a São Paulo a Nado, com percurso de 5,5 quilômetros entre a Ponte Vila Maria e a Ponte das Bandeiras. A travessia foi realizada entre 1924 e 1944, quando a poluição começava a deteriorar aquelas águas.

Assim como ocorre com o Rio Pinheiros, o trecho paulistano do Tietê passa por um canal artificial, construído dentro do chamado leito maior do rio, que se estende pela grande área antes alagada durante as cheias. De 1937 a 1958, o Pinheiros teve seu curso revertido para geração de energia – deixou de ser um afluente do Tietê para desaguar na represa Billings.

“Invadimos, loteamos e vendemos o leito maior dos dois rios. Não faço juízo de valor, aconteceu e a cidade não vai retroceder”, diz o professor Alexandre Delijaicov, sobre as margens aterradas e hoje ocupadas por avenidas. Segundo ele, mais da metade da metrópole ocupa, atualmente, o leito maior dos rios. Dois exemplos são a Vila Guilherme e a parte baixa da Vila Maria, que estão no leito maior do Tietê, e o Jardim Europa, no Pinheiros.

Fontes: Alexandre Delijaicov, vereador Ricardo Nunes, Clube Esperia e livro *Tietê, presente e futuro*

AUTOR
Projeto de Ricardo Nunes criou sistema hidroviário interligado ao Bilhete Único



Comunicação Ricardo Nunes

zona sul. O trajeto foi feito pela congestionada Estrada do M’Boi Mirim. No mesmo dia e horário, outro repórter fez o deslocamento de lancha, a uma velocidade média de 35 km/h, e levou 17 minutos.

A Lei 16.010 determina que o STPHSP tenha deslocamentos que prezem pela economia, segurança, eficiência, conforto e rapidez. O fluxo das embarcações deverá ser “constante e regular”. “Do ponto de vista imediato e prático, a legislação poderá beneficiar cerca de 2 milhões de pessoas que vivem em bairros da zona sul, como Grajaú, Pedreira e Jardim Ângela”, acredita o vereador Ricardo Nunes, autor do projeto.

Até o fechamento desta edição, a Prefeitura não tinha regulamentado a lei e decidido como vai operacionalizar o sistema. Mas o Plano Diretor Estratégico (PDE) do Município, aprovado pela CMSP e promulgado em julho pelo prefeito Fernando Haddad (PT), adianta algumas exigências sobre o que os portos de passageiros devem ter: serviços públicos e proximidade com trens, metrô, ônibus, ciclovias, serviços de compartilhamento de automóveis e estacionamentos, além de articulação com ofertas de moradia popular (veja box na pág. 20).

Um dos pontos positivos é que a infraestrutura para navegação de passageiros exige gastos mínimos. “O cais e a atracagem são muito simples, [requerem] apenas um deque de madeira”, diz Delijaicov. Não seria necessário aprofundar os leitos dos rios, já que, para o transporte de pessoas, no máximo 1 metro do casco fica submerso. Tampouco é preciso fazer desapropriações e construir eclusas para levar o passageiro de uma estação a outra. Assim como no sistema metroviário, são as pessoas que se locomovem entre os pontos.

As cinco potenciais hidrovias a integrar o STPHSP são indicadas pelos estudos do Grupo Metrópole Fluvial: Rio Tietê, Rio Pinheiros inferior (das imedia es da estac o de trem Ceasa até a Usina Elevatória de Trai o, na altura da estac o de trem Vila Olímpia), Rio Pinheiros superior (desde a estac o Vila Olímpia até a Billings) e represas Bilings e Guarapiranga. As duas primeiras linhas podem surgir de projetos de lei (PLs) em tramita o na CMSP. O PL 136/2013, do vereador Jair Tatto (PT), cria a travessia entre M'Boi Mirim e Capela do Socorro, separados pela represa Guarapiranga. O PL 267/2013, proposto também pelo petista, liga Grajaú e Pedreira, que estão em margens opostas da represa Billings.

Com as iniciativas, Tatto pretende reduzir a vulnerabilidade social de quem mora às margens das represas: "Essas regiões não oferecem empregos suficientes para todos os moradores, e por isso a maior parte deles enfrenta horas de trajeto todos os dias, gerando inclusive danos   saúde". Para Delijaicov, as duas travessias propostas pelo vereador poderiam funcionar como um primeiro teste do sistema hidroviário, com



Como será o sistema hidroviário integrado

O Plano Diretor Estratégico de São Paulo, sancionado pela Prefeitura em julho, prevê o transporte hidroviário integrado e com a seguinte infraestrutura:

- Conectado ao sistema de transporte público coletivo, ciclovias e serviços de compartilhamento de automóveis
- Equipado com estacionamentos públicos e privados nos terminais integrados
- Dotado de terminais e esta es de transferência de ônibus que ofereçam serviços públicos e, quando viável, centros comerciais populares
- Inserido no ambiente urbano, com emissão mínima de poluentes e de r uidos
- Iluminado adequadamente e equipado com mobiliário urbano (placas de sinaliza o, banheiros, escadas, etc.)
- Articulado com ofertas de moradia para pessoas de baixa renda.

Fonte: Lei 16.050/2014

TIETÊ •  nibus anfíbio navegou o rio canalizado para divulgar evento náutico



Divulga o: Boca Show



Cabo Pimenta/STP/USP

Sistema confortável e sustentável

De acordo com os especialistas que vêm elaborando a implementa o do Sistema de Transporte Público Hidroviário de São Paulo (STPHSP), as embarca es utilizadas deverão ser movidas a eletricidade, para não poluir o meio ambiente. Também não haverá polui o sonora, já que os barcos serão silenciosos. As cabines deverão ser fechadas com vidro e ter o ar-condicionado, proporcionando conforto aos passageiros e protegendo-os do mau cheiro. Os vidros também evitarão que se atirem objetos na  gua. Todos os viajantes ter o de fazer os percursos sentados e os barcos maiores v o acomodar no máximo 200 pessoas, de modo que o embarque e o desembarque não demorem.

As embarca es serão controladas por robôs, com pilotos para situa es de emergência.

"Pode parecer estranho, mas não   algo banal, como um barco feito no quintal", diz o professor Alexandre Delijaicov, coordenador do Grupo Metrópole Fluvial, da USP. Segundo o especialista, o preço dos veículos aquáticos   equivalente ao dos utilizados no transporte público terrestre.

Modelo na utiliza o do transporte hidroviário, Londres possui, atualmente, alguns barcos com acesso   internet sem fio e lanchonetes. Os roteiros feitos por eles têm vistas privilegiadas, como o trajeto entre os museus Tate Britain e Tate Modern. Apesar da importância histórica, as hidrovias londrinas passaram por um processo de abandono e foram recuperadas apenas nos anos 1960. Com a Lei 16.010/2014, espera-se que São Paulo siga o mesmo exemplo.

Barcos sugeridos, de acordo com horário e fluxo

PEQUENO
Horários de menor fluxo
20 passageiros sentados

MÉDIO
Qualquer horário
50 passageiros sentados

GRANDE
Horários de pico
200 passageiros sentados

Fonte: Alexandre Delijaicov, do Grupo Metrópole Fluvial FAU/USP



Verba: Paulo Cesar/FAU/Creative Commons

dois barcos em cada trecho. “As linhas propostas são as mais urgentes, mas deveria haver uma também no Canal Pinheiros e outra no Tietê”, observa o especialista.

O Grupo Metrôpolite Fluvial tem transmitido à Prefeitura os detalhes dos portos que imagina para a cidade. Eles teriam centros de cultura, lazer, assistência social, saúde, educação ambiental focada na reciclagem e educação esportiva voltada ao remo e navegação a vela. “Seria uma praça de políticas sociais que, por estar na beira do canal ou lago navegável, passaria a ter um papel importantíssimo para mudar a mentalidade da sociedade, do cidadão, visando à preservação da qualidade ambiental urbana, ao bem-estar coletivo e individual”, diz o coordenador do grupo, Alexandre Delijaicov.

A ideia é que os cais sejam ponto de encontro natural e prazeroso entre os

paulistanos, que lá poderão acessar vários serviços públicos. Enquanto os pais usam o corredor aquático para trabalhar ou estudar, por exemplo, os filhos aprendem esportes hoje reservados à elite. “Quem veleja ou rema são os filhos, netos e bisnetos dos diretores de empresas alemãs e suecas que se instalaram na cidade. Essa injustiça social tem que ser superada através do fomento, a toda a população, do direito de remar e velejar”, defende Delijaicov.

NAVEGAÇÃO NO TIETÊ

Em 17 de setembro, um ônibus anfíbio navegou pelo Tietê, como parte das atrações do evento São Paulo Boat Show. Uma das passageiras, Marlene Maia Matos, de 80 anos, chegou a nadar naquelas águas nos anos 1940. “Aprendi a nadar no Tietê, tomei água do rio quando tinha



LONDRES
Na capital inglesa, as hidrovias foram recuperadas nos anos 1960

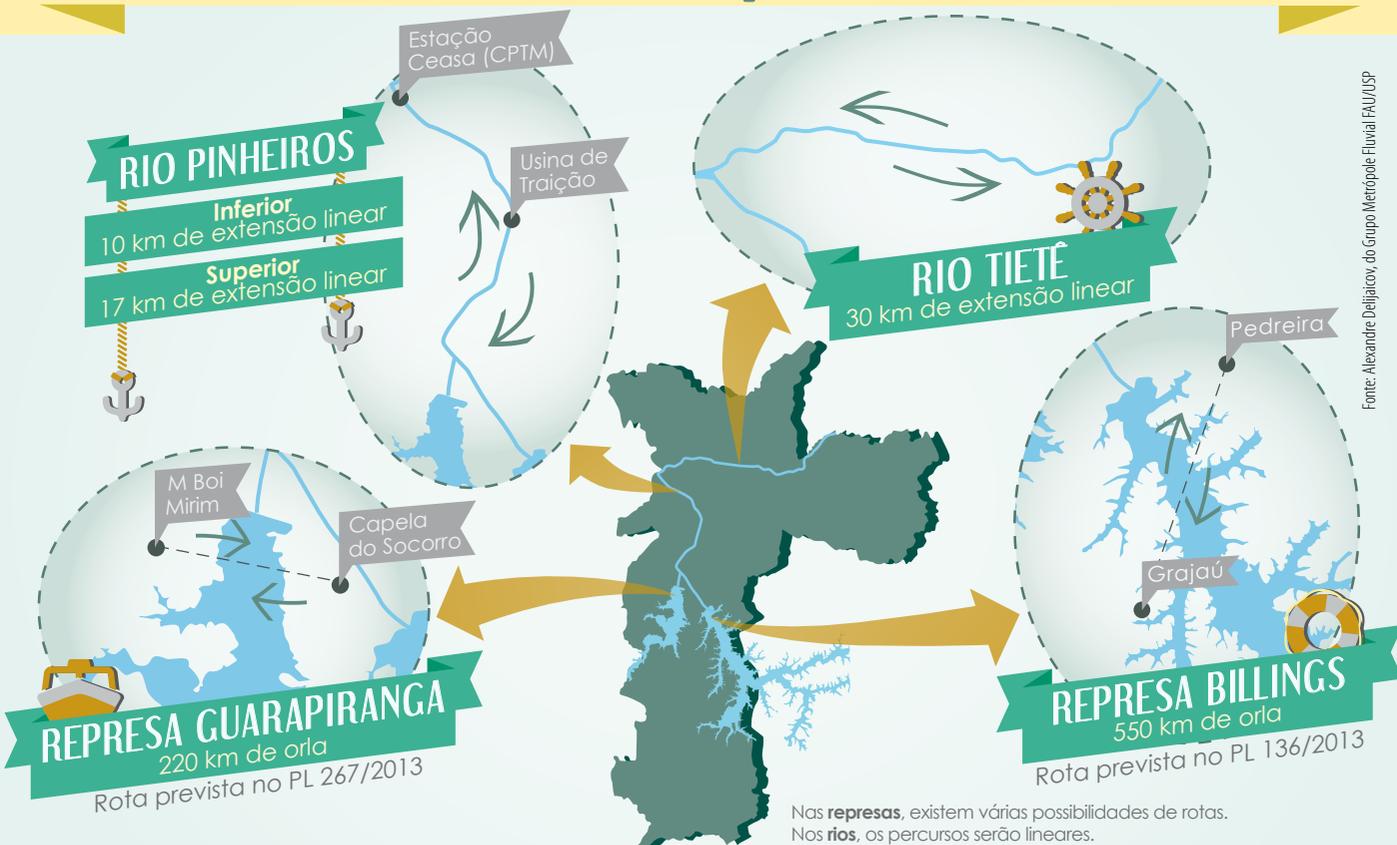
Caroline S. C. Rocha



ROTTERDÃ
No primeiro plano, táxi aquático em águas holandesas

Wagner Gomes

Potenciais vias e possíveis linhas



Fonte: Alexandre Delijaicov, do Grupo Metrôpolite Fluvial FAU/USP

Nas represas, existem várias possibilidades de rotas. Nos rios, os percursos serão lineares.

10 anos. É muito triste estar navegando por ele nestas condições hoje”, contou emocionada.

A questão que muitos paulistanos fazem é: será possível utilizar águas tão poluídas, que lembram esgoto a céu aberto? Para Delijaicov, a melhor saída para despoluir é exatamente voltar a navegar. Primeiramente porque a poluição é inofensiva para os barcos e os passageiros não terão contato com a água. Além disso, o uso tornará mais evidente a necessidade de cuidar dos rios e represas. “A hé-

lice vai enroscar no sofá [atirado à água] no primeiro dia. Com três ou quatro horas diárias de limpeza e manutenção do sistema, como no metrô, não vai enroscar mais”, diz o professor, adepto da teoria de que “quem usa cuida”.

Nas horas dedicadas à manutenção em cena os barcos limpadores, nos moldes dos usados em países como França e Holanda, que utilizam bastante o meio fluvial. São embarcações que aspiram a água, peneiram a superfície com uma escumadeira,

escovam as paredes dos canais e retiram objetos maiores, como as bicicletas comumente encontradas nas hidrovias holandesas.

Com um sistema rodoviário saturado, “a cidade poderá sair na frente na construção de uma alternativa eficiente, barata e ambientalmente adequada” de transporte, diz o vereador Ricardo Nunes. Os Estados Unidos e alguns países da Europa, por exemplo, possuem hidrovias regionais, interligando cidades. Projetos para sistemas hidroviários urbanos, dentro de uma cidade, no entanto, são raridade no mundo.

A “infraestrutura azul” paulistana pode ser uma ótima solução, até mesmo revolucionária para os transportes na capital. Mas vai além. “Não pense que o sistema hidroviário municipal é um projeto setorial de transporte. É também, mas toda hidrovia urbana é um projeto de desenvolvimento urbano”, diz Delijaicov.

RAPIDEZ • Ricardo Maynard vai de jet ski ao trabalho, pela Guarapiranga, em 10 minutos



Luiz Franco/CMSP

OPINE E ACESSE CONTEÚDO EXTRA

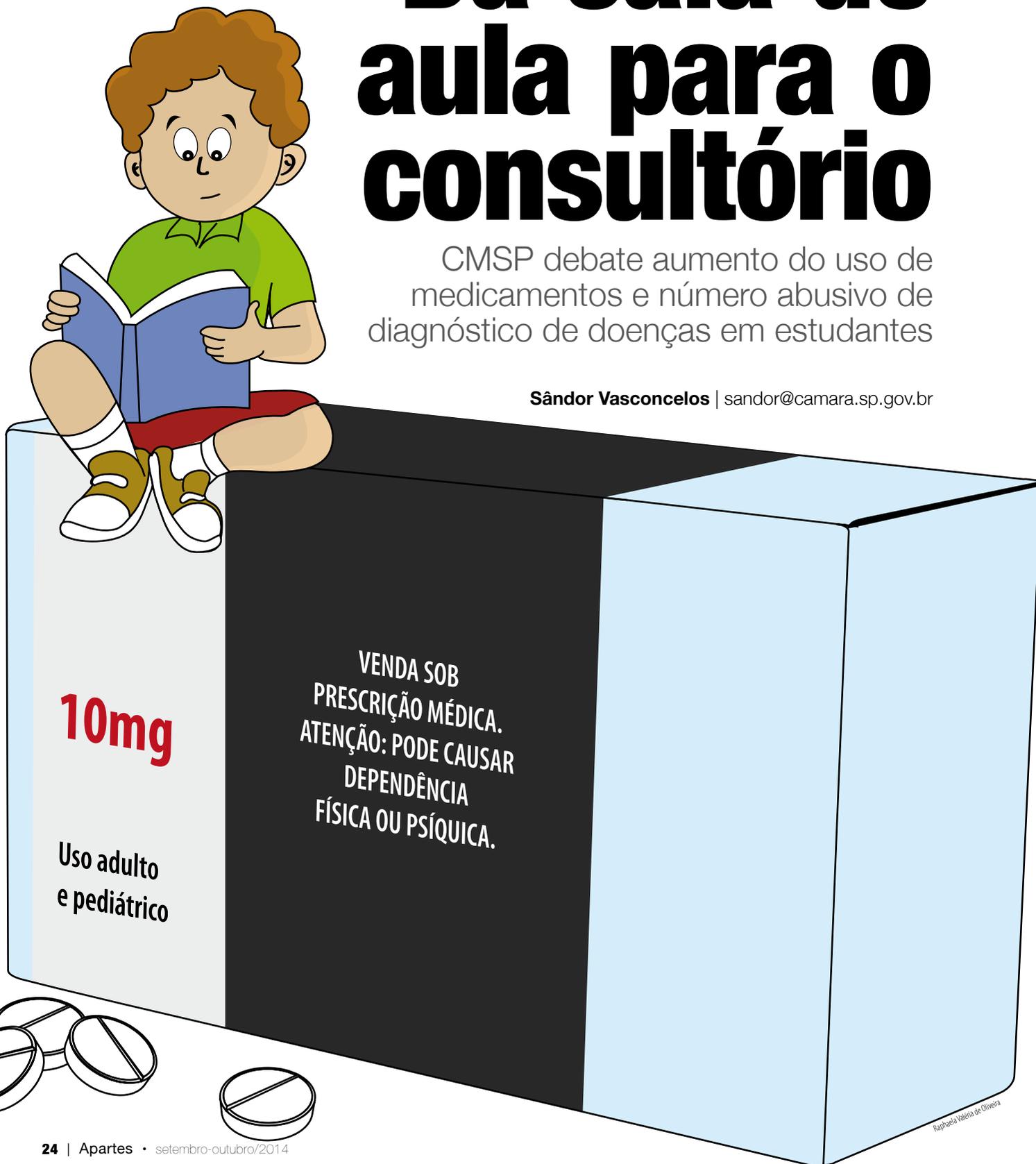
E-mail: apartes@camara.sp.gov.br

[f /RevistaApartes](https://www.facebook.com/RevistaApartes) [@RevistaApartes](https://www.instagram.com/RevistaApartes)

Da sala de aula para o consultório

CMSP debate aumento do uso de medicamentos e número abusivo de diagnóstico de doenças em estudantes

Sândor Vasconcelos | sandor@camara.sp.gov.br



Uma das entrevistas para esta reportagem não pôde ser feita na data combinada. Dia e hora marcados, o celular da estudante brasileira Bárbara de Melo só dava caixa-postal. No dia seguinte, ela contou que havia esquecido o aparelho em casa. Diagnosticada aos 10 anos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), ela passa diariamente por essa e outras situações características de quem sofre do transtorno. Quando criança, na escola não conseguia ficar sentada e prestar atenção na aula. “Era mandada pra fora da sala. Não aprendia, ficava conversando, levantava o tempo todo”, conta.

Com as dificuldades, os pais a levaram para ser avaliada por psicólogos e psiquiatras. Confirmado o TDAH, Bárbara iniciou um tratamento que inclui terapia e a medicação cloridrato de metilfenidato, um psicoestimulante que atua no sistema nervoso central. O remédio a deixa quieta, mas traz efeitos colaterais: “Eu fico pra baixo sempre que tomo, como se nada na minha vida tivesse cor”, queixa-se. “Tudo perde a graça, não tenho nem vontade de falar”.

Por conta das reações adversas do metilfenidato, a estudante, hoje com 19 anos, toma dois antidepressivos por dia. Após algumas reprovações e um tempo sem estudar, uma de suas lutas é finalizar o ensino médio. A outra é se livrar do medicamento. “Com 14 anos eu falei que não queria mais tomar, mas não deixaram. Com o remédio eu fico quieta, mas não presto atenção.” Ela conta que já expôs a vontade aos pais e ao psiquiatra, mas eles dizem para continuar com a medicação, pois “será melhor para ela”.



DEBATE • Vereador Eliseu Gabriel (ao centro) organizou em junho seminário para discutir a medicalização

No Brasil, o consumo de metilfenidato teve um aumento de 775% entre 2003 (94 quilos) e 2012 (875 quilos), segundo pesquisa do Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). De acordo com o Boletim de Farmacoepidemiologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o uso entre pacientes de 6 a 16 anos subiu 75% entre 2009 e 2011. O País é o segundo maior consumidor mundial do remédio tarja preta, atrás dos Estados Unidos.

A explosão do uso desse tipo de medicamento é uma das preocupações do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, formado por entidades e profissionais de áreas como medicina, psicologia, pedagogia, psicanálise, farmácia e assistência social, além de parlamentares, entre outros.

O vereador da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) Eliseu Ga-

briel (PSB), professor e membro do Fórum, explica que a luta do grupo é, principalmente, contra o uso de remédios e a epidemia do número de casos diagnosticados. “Quando se faz o diagnóstico arruma-se um remédio, como se o problema da educação fosse individual”, aponta. De acordo com o parlamentar, a solução baseada no uso de medicação desconsidera fatores como o sistema educacional e a sociedade. “Acreditar que o problema da educação está no aluno é um profundo equívoco. Se está nele, vão arrumar um remédio para resolver”, critica.

Eliseu Gabriel é idealizador da Lei 15.554/2012, que criou o Dia Municipal de Luta contra a Medicalização da Educação, comemorado em 11 de novembro. De acordo com ele, a ideia surgiu quando começaram a aparecer na CMSP projetos de lei obrigando a Prefeitura a fazer teste de saúde em alunos da rede muni-

cial. “Um absurdo total, que estigmatiza o aluno”, declara Eliseu. Preocupado com a situação e apoiado por pessoas ligadas ao Sindicato dos Psicólogos, ao Conselho Regional de Psicologia e a entidades da área da educação, apresentou proposta para criar a data. “De certo modo, barramos essa avalanche de projetos. O dia simboliza uma luta”, conta.

Outras duas iniciativas relativas ao tema tramitam na CMSP. O Projeto de Resolução (PR) 2/2011, também de Eliseu Gabriel, pretende instituir a Frente Parlamentar sobre Medicalização da Educação, para realizar estudos e ações a fim de desenvolver políticas públicas

na área. A vereadora Marta Costa (PSD), por meio do Projeto de Lei (PL) 60/2010, quer criar nas escolas municipais, em cada semestre letivo, uma Semana de Estudos e Conscientização dos Malefícios da Medicalização, para discutir o consumo abusivo de remédios. “O uso excessivo de medicamentos pode atingir a vida do usuário, levando-o ao declínio social, emocional e físico”, alerta a justificativa do PL.

PROBLEMA COLETIVO

Segundo definição do Fórum, medicalização é o processo que transforma em problemas médicos questões de outra natureza. Assim,

dificuldades de diferentes ordens são apresentadas como doenças, transtornos e distúrbios, desconsiderando a influência de aspectos políticos, sociais, culturais e afetivos sobre as pessoas. As questões coletivas são tomadas como individuais; problemas sociais e políticos são tornados biológicos. A pessoa e a família são responsabilizadas, enquanto governos, autoridades e profissionais são eximidos.

O tema foi debatido na CMSP em junho, com o seminário Desmedicalizando a vida. Uma das palestrantes foi Maria Claudia Junqueira, diretora do Centro do Professorado Paulista e membro dos fóruns nacional e metropolitano sobre medicalização. Em entrevista à *TV Câmara*, ela afirma que muitas vezes a justificativa para o fracasso escolar são problemas psicopedagógicos, como déficit de atenção. “A questão central, que é a análise da estrutura da escola e o processo de alfabetização e ensino, fica em segundo plano”, aponta. Para a educadora, o principal problema é a formação deficitária do professor, que não aprende na faculdade a lidar com as diferenças de aprendizagem dos alunos.

O neurologista Marcius Vinícius Correia também integra o Fórum e, durante o seminário realizado na CMSP, explicou que existe uma tendência em medicar de forma desnecessária: “A gente patologiza a criança, a família e a escola, mas não traz as questões sociais que advêm do problema”. Com isso, cresce a prescrição de medicamentos como metilfenidato e antidepressivos, segundo o doutorando em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (USP). Além do TDAH, dislexia (dificuldade na leitura, escrita

e soletração), disgrafia (dificuldade especificamente com a escrita) e discalculia (problema relacionado à aprendizagem dos números) também são distúrbios ligados à educação.

DOENÇA OU NÃO?

Nos debates sobre medicalização da educação, um dos temas controversos é o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. De um lado, entidades como a Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA) definem o TDAH como um transtorno neurológico e genético. Consta, inclusive, na Classificação Internacional de Doenças (CID-10) da Organização Mundial de Saúde (OMS) e os sintomas têm descrição desde o século 18.

“Se TDAH não é doença, não tem como discutir mais nada”, enfatiza a psiquiatra Maria Conceição do Rosário. “Se é algo da sociedade ou da educação, temos que esperar primeiro todo o planejamento pedagógico mudar para as crianças melhorarem?”, argumenta. “Se fosse assim, todas teriam TDAH”, afirma. Rosário coordena o Ambulatório de TDAH ligado à Unidade de Psiquiatria da Infância e Adolescência (Upia) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que elabora pesquisas e atende a cerca de 80 jovens.

Do outro lado, alguns profissionais argumentam que o TDAH não é uma doença comprovada. “Com a descrição e os critérios, é muito difícil confiar que haja comprovação científica nos moldes da medicina. Pode existir? Sim, mas com certeza a frequência dos casos será muito menor”, afirma Maria Aparecida Moysés, professora da

alguns sintomas do **TDAH**

Estudos apontam que entre 5% e 8% da população têm o transtorno

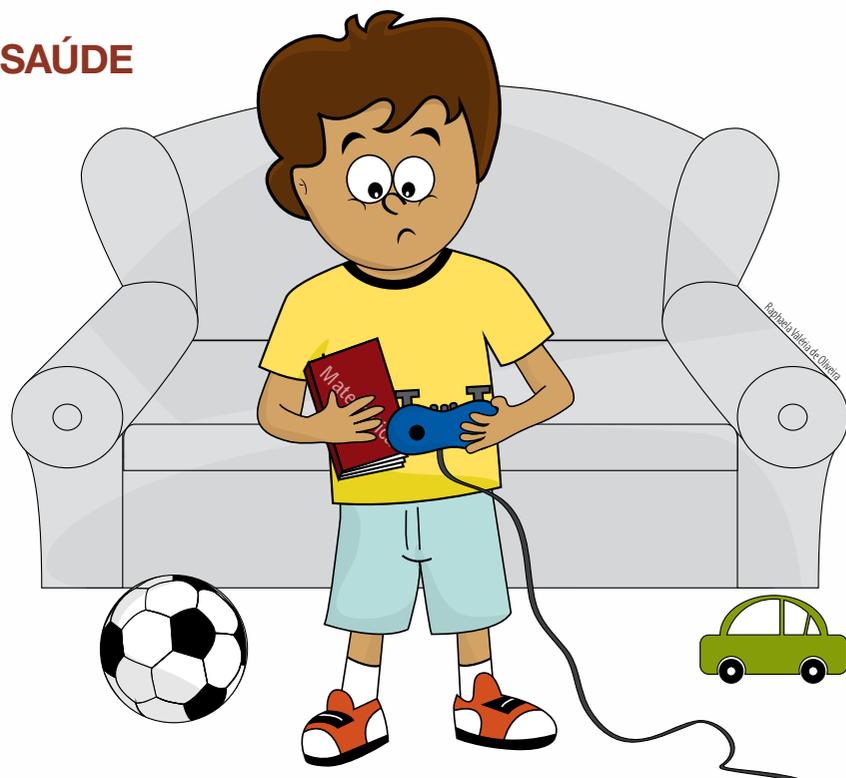
Crianças e adolescentes

- Comportam-se de forma agitada ou inquieta
- Mexem bastante pés e mãos
- Não param quietos na cadeira
- Falam muito
- Constantemente pedem para sair de sala ou da mesa de jantar
- Têm dificuldades para manter atenção em atividades muito longas, repetitivas ou desinteressantes
- Distraem-se facilmente por estímulos externos e internos, vivem “voando”
- Erram, por distração, na escrita (sinais, vírgulas, acentos, etc.)
- Esquecem recados, material escolar, estudo, etc.
- Tendem a ser impulsivos, não esperam a vez, não leem a pergunta até o final e já respondem
- Apresentam dificuldades em se organizar e planejar
- Têm desempenho inferior ao esperado para a sua capacidade intelectual

Adultos

- Costumam ter dificuldade de organizar e planejar atividades do dia a dia
- Hesitam em determinar o que é mais importante entre múltiplas tarefas
- Têm comportamento estressado quando se veem sobrecarregados
- Deixam trabalhos pela metade ou se esquecem deles
- Sentem dificuldade em realizar tarefas sozinhos

Fonte: Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA)



Pediatria da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e militante do Despatologiza – Movimento pela Despatologização da Vida.

De acordo com a ABDA, de 5% a 8% da população mundial têm TDAH. Um estudo publicado em 2007, liderado pelo psiquiatra e professor da USP Guilherme Polanczyk, concluiu que a média de portadores no mundo é 5,3%. Ele afirma, em artigo publicado na Revista Brasileira de Psiquiatria com os professores Paulo Mattos e Luis Augusto Rohde, que no Brasil o TDAH é subtratado: menos de 20% dos portadores recebem atendimento.

“Esses números são uma agressão aos conhecimentos médicos e de epidemiologia”, dispara Maria Aparecida Moysés. “Aceitar que uma doença neurológica, neurobiológica, de origem genética, como dizem, atinja quase 10% da população não tem sustentação, não se encontra em nenhum outro campo da medicina”, justifica a médica.

Normalmente, o TDAH é identificado ainda na infância. Para crian-

ça, aplica-se o questionário Snap-IV, que contém 18 sintomas, como “parece não estar ouvindo quando se fala diretamente com ela” ou “distrai-se com estímulos externos”, e a frequência com que as situações ocorrem: nem um pouco, só um pouco, bastante e demais. Dependendo do resultado, passa-se pela avaliação de um médico. Em adultos, usa-se o teste ASRS-18 como ponto de partida do diagnóstico.

Para ser considerado TDAH, os sintomas devem ter se manifestado no paciente antes dos 12 anos de idade, em mais de um ambiente (na escola e em casa, por exemplo). Também é condição que os sintomas causem algum tipo de incômodo, interferência ou dificuldade para o paciente e sua família. Uma das críticas com relação ao Snap-IV é que as questões são genéricas, o que aumenta o número dos que se enquadram nas características do transtorno. A psiquiatra Maria Conceição do Rosário rebate: “Médico bom não faz diagnóstico através do Snap-IV, pois é uma escala,

uma investigação de sintomas. Mas pode ser útil para uma monitoração objetiva de melhora”.

CABEÇA NAS NUVENS

Os principais sintomas do TDAH são desatenção, impulsividade, inquietude e dificuldade de concentração. Assistir a uma aula, ler ou finalizar um trabalho, por exemplo, pode ser uma tortura. “Eu trabalhava numa empresa e tinha um negócio superimportante para fazer”, conta o advogado e funcionário público Ricardo Silva (nome fictício a pedido do entrevistado). “Mas justo naquele dia ouvi no rádio que havia um campeonato internacional de aviões de papel na Alemanha. Eu, trabalhando, lembrava do negócio. Quando percebi estava procurando modelos na internet e já tinha feito vários, estava escondido no corredor do banheiro”, lembra.

Com dificuldades na escola desde criança, o advogado começou o tratamento apenas aos 25 anos, quando estava na faculdade. Fez

SOLUÇÃO • “É a única alternativa com evidência científica para reduzir sintomas”, diz a psiquiatra Maria Conceição do Rosário sobre o uso de medicamentos



Divulgação



Antonio Scarpinetti/Ascom Unicamp

CRÍTICA • A médica Maria Aparecida Moysés chama o metilfenidato de “droga da obediência”

terapia cognitivo-comportamental e durante dois anos tomou Ritalina, um dos nomes comerciais do metilfenidato. Não teve qualquer efeito colateral: “Com o remédio consegui terminar a faculdade, fazer a tese, pois facilitava a concentração”.

No tratamento do TDAH, há divergências a respeito da utilização de medicamentos, mas consenso de que se deve adotar um plano que inclua acompanhamento de perto do paciente e de sua família. “Temos que nos aproximar, e não pegar o comportamento e dizer que é uma doença”, avalia a pediatra Maria Aparecida Moysés. “Há crianças sofrendo as mais variadas formas de violência”, revela. Para ela, diagnosticar alguém com TDAH logo de cara pode mascarar outros problemas.

Segundo a psiquiatra Maria Conceição do Rosário, o TDAH tem causas multifatoriais e deve ser tratado de forma individualizada e multimodal, em três grandes linhas de estratégias terapêuticas: psicoeducação, trabalhando muito com o paciente e a família; psicoterapias e farmacoterapia, com psicoestimulantes. “Há casos em que a família e os professores não sabem lidar com a criança. Às vezes precisa de fonoaudiologia, por exemplo”, explica a médica.

O Fórum sobre Medicalização possui uma cartilha de referência sobre as possibilidades de atuação na saúde, na educação e aponta algumas práticas a se observar: contemplar diferenças de ritmo e de características do paciente, aproximação entre família

Restrição ao medicamento

Em junho, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de São Paulo publicou a Portaria 986/2014, que restringiu o acesso ao medicamento metilfenidato na rede pública. Agora, para que o remédio possa ser retirado, a criança deve passar pela avaliação de uma equipe multidisciplinar da Secretaria, que leva em conta exames, saúde física e psicossocial e situação escolar e familiar, entre outros aspectos. Antes da regra, bastava um médico prescrever para que o remédio pudesse ser adquirido.

A psicóloga Roseli Caldas, integrante da Associação Brasileira de Psicologia Escolar, comemora a iniciativa: “Não resolve todos os problemas, mas é um grande avanço”, diz. A Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) divulgou uma carta aberta condenando a medida. “Por trás de um discurso apoiado em uma visão assistencial equivocada e manipuladora, não enraizada na ciência e nos conhecimentos da neurobiologia, tal resolução se revela uma obstrução abusiva ao acesso ao tratamento farmacológico pela população de baixa renda e impõe restrição ao pleno exercício e autonomia da medicina e da ciência brasileira”, diz o documento, em que a ABP pede a revogação da portaria.

A psiquiatra Maria Conceição do Rosário lamenta que a medida não tenha sido mais discutida. Para ela, primeiramente todas as crianças deveriam ter garantido o acesso a outras formas de tratamento, como psicoterapia, para depois a medicação ser retirada aos poucos. Ela acredita que sem o remédio os pacientes terão dificuldades na escola e sofrerão rejeição e bullying. Com isso, as famílias vão procurar medicações alternativas “até mais perigosas do que o metilfenidato”, como neurolépticos e anticonvulsivos.

Há dois anos, a Secretaria de Saúde de Campinas (SP) também publicou portaria restringindo o acesso ao remédio. “Não teve reação; nem de profissionais, nem de pais, nenhuma criança passou mal, não aconteceu nada”, conta Maria Aparecida Moysés, professora do Departamento de Pediatria da Unicamp. Segundo a SMS, por ano são distribuídos cerca de 700 mil comprimidos do remédio na cidade de São Paulo.

e escola e a questão lúdica. “Brincar faz toda a diferença e as crianças estão brincando cada vez menos”, lamenta a psicóloga Roseli Caldas.

EFEITO ZUMBI

Embora o advogado Ricardo Silva tenha passado pelo tratamento com Ritalina sem qualquer reação adversa, a bula da medicação assusta nesse quesito. Anemia, perda de apetite, psicose, depressão, convulsão, hemorragia cerebral, taquicardia, vômito e retardamento do crescimento são apenas alguns dos alertas que a fabricante do remédio faz. Outros medicamentos possíveis no tratamento são o Concerta (metilfenidato) e o Venvanse (lisdexanfetamina).

“Com o uso, melhora o comportamento, mas não a inteligência e a cognição”, avalia o neurologista Marcius Vinícius Correia. A professora da Unicamp Maria Aparecida Moysés vai mais fundo: “O primeiro efeito é que as coisas da vida que dão prazer vão deixar de dar”. Segundo ela, os pequenos prazeres aumentam só um pouco a liberação de dopamina (neurotransmissor responsável pelo humor, atenção e memória, por exemplo) no organismo, enquanto o psicoestimulante eleva muito a sensação de bem-estar. “É o mecanismo clássico de drogadição, a vida não dá mais prazer”, alerta a pediatra.

Maria Aparecida ainda chama a atenção para o efeito zumbi causado pelo metilfenidato: “A pessoa fica contida em si mesma, por isso é chamada de droga da obediência”, explica. “Se mandar fazer 10 exercícios de matemática, vai fazer, mas não quer dizer que estarão certos.” Outro efeito adverso, segundo ela, é que o paciente foca a atenção em apenas uma coisa de cada vez. “Num mundo que te quer multifocado”, lembra.



“Tive uma experiência com uma criança bastante agressiva, impulsiva, diagnosticada com TDAH e tomava Ritalina. Um dia bateu no coleguinha e disse pra mim: Bati porque minha mãe esqueceu de me dar o remédio hoje”, conta a psicóloga Roseli Caldas. “O que estamos ensinando pra essa criança?”, indigna-se. Além do uso no tratamento de TDAH, muitos jovens têm tomado o remédio para entregar tarefas, relatórios ou estudar para provas e vestibular. Outros se arriscam e misturam com álcool para “ficarem ligados” em baladas.

A psiquiatra Maria Conceição do Rosário afirma que a medicação é a única alternativa com evidência científica no mundo inteiro para reduzir os sintomas. “Não faz milagre, mas ajuda na concentração, na atenção e reduz a hiperatividade.” Ela considera “totalmente infundada” a alegação de que o metilfenidato provoca vícios futuros: “Estudos científicos demonstram que pacientes não tratados com medicação têm risco muito maior de dependência de álcool e drogas ilícitas”.

Eficaz ou não, o metilfenidato tem sido cada vez mais consumido no Brasil, e isso preocupa a médica Maria Aparecida Moysés. “O mundo hoje é diferente de 50, 100 ou mil anos atrás porque pessoas ousaram questionar, contestar, sonhar com algo diferente e partiram para construir. Se você silencia quem questiona, quem quer coisas diferentes, está construindo a impossibilidade de outros futuros, é o genocídio do futuro.”

SAIBA MAIS

Sites

Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade
<http://medicalizacao.org.br>
Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA)
<http://www.tdah.org.br>

Vídeo

Seminário Desmedicalizando a Vida disponível em www.camara.sp.gov.br – Galeria de Vídeos

OPINE E ACESSO CONTEÚDO EXTRA

E-mail: apartes@camara.sp.gov.br

[f /RevistaApartes](https://www.facebook.com/RevistaApartes) [@RevistaApartes](https://twitter.com/RevistaApartes)



ATIVO
Brasil Vita foi vereador durante 44 anos e hoje atua como advogado

Quatro décadas no Parlamento

Orador impecável, aos 92 anos Vita relembra passagens que lhe renderam até o nome do Salão Nobre da CMSP

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

Em seus 454 anos, a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) foi palco de milhares de discursos, mas um orador se destacou entre tantos: João Brasil Vita. O ex-vereador é considerado por colegas de Parlamento e funcionários de sua época como um dos grandes oradores da história da cidade. Atualmente com 92 anos, Brasil Vita passou praticamente quatro décadas na Câmara e ainda tem muito prestígio. O salão nobre da Casa leva o seu nome e abriga um busto

em sua homenagem. Vita também é o presidente emérito da CMSP. “A Câmara é boa porque representa a cidade, lá estão todos, do operário ao intelectual”, define o ex-parlamentar.

Filho do comerciante Antonio Vita e da professora Angelina Maffei Vita, Brasil Vita nasceu no bairro do Cambuci, em São Paulo, no dia 3 de maio de 1922. Precocemente, aos 10 anos, teve reconhecido seu talento para a oratória. O diretor do colégio marista em que es-



ORIGENS • Os pais de Vita, um comerciante e uma professora, tornaram-se nomes de ruas

tudava pediu-lhe que saudasse o governador Pedro Manuel de Toledo, que visitava a escola. Orgulhoso, o garoto preparou um discurso especialmente para receber o político.

Ainda em 1932, ele e os colegas de mesma idade que viviam na Rua Lavapés, no bairro onde nasceu, aderiram à Revolução Constitucionalista. Os meninos recolheram pedaços de madeira e cano, fizeram uma “espécie de canhão” e fo-

ram até a Praça da Sé, no Centro, com um cartaz em que se lia “Se preciso for, também iremos”.

Vita perdeu o pai em 1944. Ficaram a viúva, cinco filhos e uma filha. Dessa época, ele se lembra do enorme respeito que tinham pela mãe. “Nunca ergueu a voz, mas quando ela falava, todos nós fazíamos silêncio.” Angelina foi uma das primeiras professoras dedicada a alfabetizar gratuitamente imigrantes adultos.

Tanto ela quanto Antonio tornaram-se nomes de ruas. Ele no Butantã e a educadora em Pinheiros.

Quando já estava na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, na Universidade de São Paulo (USP), Brasil Vita combateu o Estado Novo. Em 1943, durante uma passeata, na qual os estudantes estavam com a boca amordaçada para protestar contra a censura, a Polícia Especial de Getúlio Vargas disparou contra os manifestantes. Um estudante e uma mulher que passava na rua morreram e mais de 20 pessoas ficaram feridas, entre elas o futuro parlamentar. “Fiquei uns quinze dias internado na Santa Casa de Misericórdia e cheguei a receber a extrema-unção”, narra Vita, que ainda hoje carrega a bala nas costas. “Ela funciona como um barômetro, quando o tempo vai mudar, dói um pouquinho”, brinca.

Brasil Vita sempre foi galanteador. E dos ousados. Ele conta que estava na Praia de Copacabana, quando viu umas moças falando em francês. Virou-se para uma delas e declarou no idioma falado por elas: “Se você não for jantar comigo hoje



UNIÃO • Relacionamento com Maria Dorothea começou com cantada em francês e durou 34 anos

eu me alisto na Legião Estrangeira”. Ele não precisou entrar no Exército francês, pois Maria Dorothea aceitou o convite e meses depois se casaram. A união durou 34 anos, até a morte dela, em 1991. A esposa de Vita foi muito atuante, ajudando nas obras de caridade da Igreja Santo Antônio do Largo de São Francisco. Uma praça no bairro do Rio Pequeno leva seu nome.

O político não se casou novamente, apesar das várias namoradas. Ele lamenta que seu único neto, João Brasil Vita Neto, tenha apenas três anos. “Se ele fosse mais velho, iria para a farra comigo”, afirma gargalhando.

DEZ MANDATOS

A decisão de entrar em uma disputa eleitoral foi tomada em 1959 por incentivo de parentes e amigos. Vita estava em uma festa de aniversário quando disseram:

“Você, que fala tão bem sobre política, deveria concorrer a algum cargo”. Ele perguntou qual era o cargo em disputa nas próximas eleições e informaram que era para a Câmara Municipal. “Decidi, então, que iria tentar.” Filiou-se ao Partido Social Trabalhista (PST), recebeu 4.580 votos e entrou para a CMSP em 1º de janeiro de 1960, onde passaria os próximos 44 anos.

Logo nos primeiros meses de sua carreira política, recebeu um convite surpreendente do presidente eleito Jânio Quadros, que havia sido vizinho de Vita no Cambuci. “Quero que você seja governador”. “De São Paulo?”, perguntou o vereador. “Não, do Acre ou de Roraima”, res-



FAMÍLIA • Brasil Vita com o filho, a nora e o neto

Uma vida na política

1922 | Nasce em 3 de maio

1932 | Aos 10 anos, discursa para o governador Pedro de Toledo

1943 | É baleado em passeata contra o Estado Novo

1959 | Elege-se vereador de São Paulo pela primeira vez, com 4.580 votos

1973 | Presidente da CMSP, assume a Prefeitura por seis dias

1975 | Torna-se presidente emérito da CMSP

1982 | É eleito vereador pela 5ª vez, com 215.827 votos, 5,42% do eleitorado (recorde histórico)

1994 | Perde eleição para senador

1997 | Salão Nobre da CMSP passa a ter o seu nome

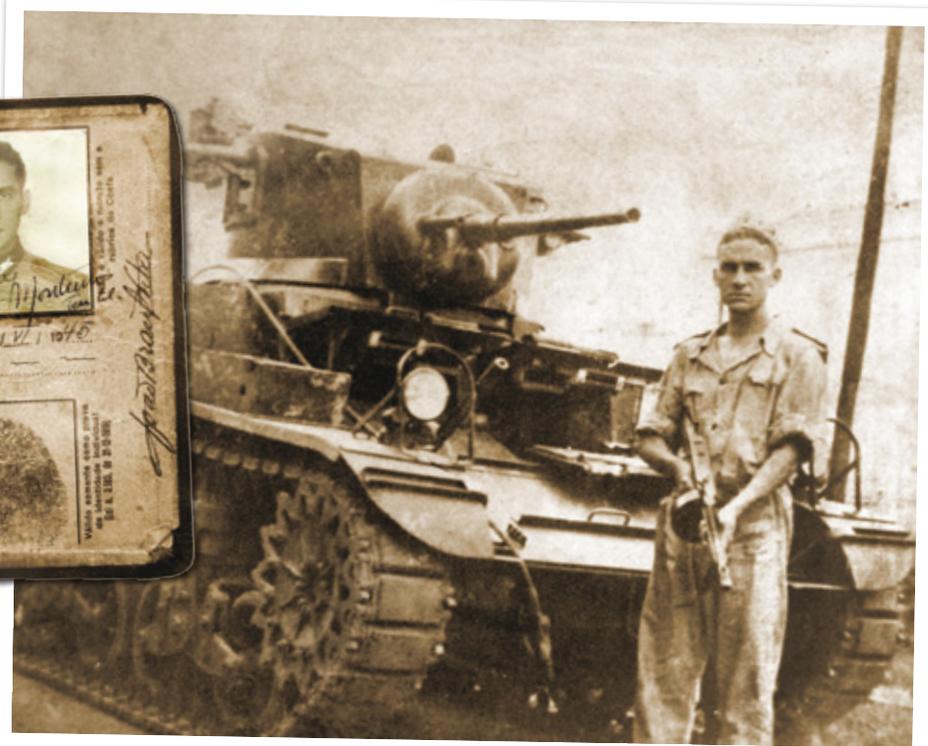
2001 | Assume seu 10º e último mandato na CMSP, como suplente

2004 | Após 44 anos de mandatos, deixa a CMSP

Fotos: acervos CMSP e pessoal, Gute Garbelotto e Mozart Gomes



ALISTAMENTO
O ex-vereador chegou a segundo-tenente no Exército



Mozart Gomes/CNSP

pondeu Jânio. Naquela época, os dois estados ainda eram territórios e seus governadores eram escolhidos pelo presidente. Brasil Vita declinou do convite para não deixar São Paulo. A relação de Jânio com a família Vita era forte. Eleito prefeito de São Paulo pela segunda vez, em 1985, Quadros convidou Fiore Wallace Gontran Vita, irmão do vereador, para ser secretário de Obras e Serviços.

Seguindo sua trajetória na CMSP, Brasil Vita foi reeleito em 1963, mas na eleição de 1968, disputada pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), ficou na quarta suplência. Mesmo assim, participou daquela legislatura quando um vereador de seu partido entrava em licença. Em 1972 e 1976 saiu novamente vencedor nas urnas.

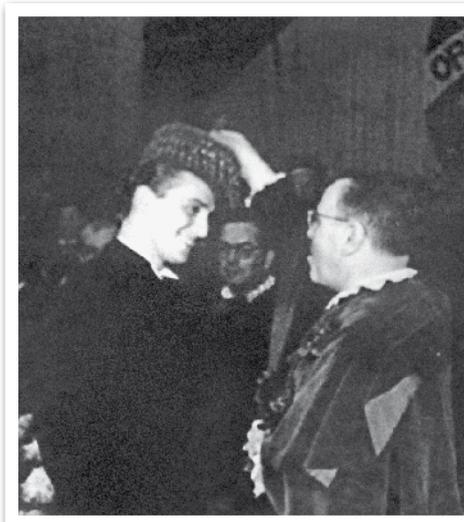
Seis anos depois, já filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi o candidato a vereador mais votado do Brasil: 215.827 – 5,42% do eleitorado paulistano. Esse recorde não foi quebrado até hoje em números pro-

porcionais (em 2002, José Eduardo Cardozo, atual ministro da Justiça, conseguiu 229.494 votos para vereador, número que correspondeu a 3,75% dos eleitores paulistanos). Na disputa de 1982, Brasil Vita sofreu um enfarte alguns meses antes da eleição, o que, segundo ele, impediu-o de trabalhar o necessário para ter ainda mais votos. Nos pleitos seguintes, em 1988, 1992 e 1996, foi reeleito.

Durante os dez mandatos, ganhou a simpatia e a admiração de colegas e funcionários. “O melhor orador do mundo, um excelente companheiro, de total confiança, respeitado por todos”, elogia o atual suplente de vereador Wadih Mutran, que durante 21 anos dividiu o Plenário com Vita.

FIM DA LINHA

Em 2000, Vita ficou na segunda suplência para vereador. Ele diz ter sido perseguido pela mídia por não ser de esquerda e que pagou um preço alto por atuar como líder do prefeito Celso Pitta (1997-2000), que deixou



ADVOGADO • Brasil Vita durante formatura em Direito, em 1946

Azerio Pessoa

a administração envolvido em escândalos e com índices baixos de popularidade. Brasil Vita sempre apoiou Pitta. “Eu, como líder, não podia abandonar o navio e fui prejudicado politicamente por minha coerência”, explica. “Mas moralmente eu estava certo e agiria da mesma forma hoje.”

Em 2004, não foi candidato e em 2008 tentou mais uma vez ser vereador. Obteve apenas 1.854 votos e não se elegeu, ficando na 18ª suplência. De acordo com o filho, João Brasil Vita Júnior, que foi chefe de gabinete do pai, a derrota ocorreu porque muitos de seus eleitores tradicionais já tinham morrido.

Em apenas uma oportunidade Brasil Vita foi candidato a um cargo que não fosse vereador. Em 1994 tentou o Senado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e perdeu. Segundo o ex-vereador, ele só participou da eleição para formar chapa e não fez campanha. Sobre as derrotas, ele admite não ser agradável, mas garante que assimilou a experiência e seguiu adiante. “O ser humano tem um poder de assimilação muito grande”, acredita o ex-parlamentar.

Nas dez legislaturas em que esteve na CMSP, Brasil Vita se destacou como um vereador atuante. Foi líder de governo dos prefeitos Prestes Maia, Olavo Setúbal, Paulo Maluf e Celso Pitta, além de ter chegado à presidência do Parlamento em duas ocasiões, 1973 e 1996.

Por ser presidente da Casa, tornou-se prefeito de 22 a 27 de agosto de 1973. Naquela época, o cargo de chefe do Executivo nas capitais era uma indicação do governador. Na oportunidade Laudo Natel ocupava o cargo e havia exonerado José Carlos de Figueiredo Ferraz da Prefeitura por causa da declaração “São Paulo precisa parar de crescer”. O indicado para substituir Ferraz foi Miguel Colasuonno. Enquanto a Assembleia Legislativa aprovava a indicação, Vita foi prefeito em exercício, já que a cidade não tinha vice-prefeito.

Dos seis dias em que ficou no Parque Ibirapuera, antiga sede da Prefeitura, Brasil Vita se orgulha de ter melhorado

TRAIÇÃO
Vita no dia em que foi derrotado para a Presidência da CMSP



Azerio Pessoa



Azerio Pessoa

“Definir o pé-de-chinelo, eis um grave problema fácil. Ele não é o roto, o esfarrapado, o mendigo, o vadio, o sujo, o analfabeto. Não é bem isso, mas pode ser tudo isso e mais alguma coisa. Genericamente, é tudo isso. Especificamente é mais. O que o caracteriza, sobretudo, é o acendrado egoísmo, a autoidolatria, a ignorância de onde cessam os seus direitos e onde começam as suas obrigações. Confunde uma coisa com outra, fala em direito quando deveria falar em obrigações e vice-versa. Desconhece e menospreza o labor alheio, ainda mesmo quando em seu benefício. Só o trabalho dele tem valor e, quando é servido, tem o desplante de julgar-se credor do seu credor. É um fidalgo às avessas, um senhor feudal de fancaria. Tem direitos adquiridos, inatos, inerentes à sua pessoa e a eles se refere em altas vozes e de peito estufado, quando diz: ‘os meus direitos’.”

Trecho de discurso feito em 22/11/1968, após não ser reeleito, segundo Vita, por não representar o eleitor pé-de-chinelo.

a vida de muita gente “só com uma canetada”. O político conta que pôs um número telefônico à disposição dos cidadãos que quisessem falar com ele. Uma senhora ligou se queixando que o caminhão de lixo não passava em sua rua. O prefeito em exercício perguntou a um assessor sobre o motivo. A resposta foi que a tal rua não era oficial e Vita decidiu, então, regulamentar 5 mil ruas.

POLÊMICAS E HOMENAGENS

Dos projetos defendidos por Vita na CMSP, ele se lembra especialmente do Projeto de Lei (PL) 64/1975 (Lei 8.277/1975), enviado pelo prefeito Olavo Setúbal, que criava um curso de jardinagem no Município. Segundo Brasil Vita, essa foi uma das primeiras leis do País a tratar seriamente da questão do meio ambiente.

O ex-vereador também se preocupava com os animais. Apresen-

tou o PL 388/1995, proibindo o transporte de cargas ou pessoas por tração animal num raio de 8 quilômetros a partir da Praça da Sé. As exceções eram o uso pelo Exército, pela Polícia Militar e para atividades desportivas, religiosas ou de lazer. Ele justificou que a proibição se limitava a essa área porque nos bairros periféricos as carroças ainda eram muito utilizadas. O projeto, apresentado após uma reivindicação da União Internacional Protetora dos Animais (Uipa), foi aprovado e se tornou a Lei 11.887/1995.

Uma das decisões mais polêmicas foi em 1973, quando era presidente da Câmara e proibiu que as funcionárias do Palácio Anchieta, sede da CMSP, usassem calça comprida, minissaia e frente única. “Algumas funcionárias vinham trabalhar mal vestidas”, justifica-se ainda hoje.

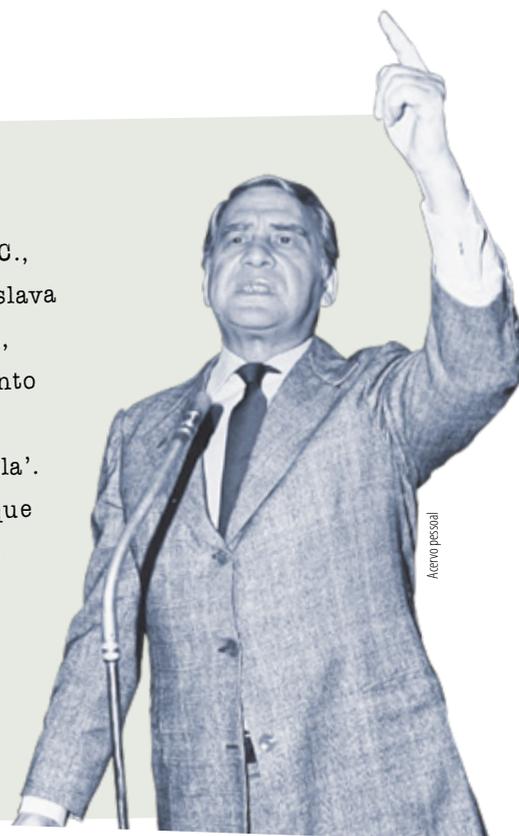


TRABALHO • Ex-vereador vai diariamente a seu escritório, na região central

Mozart Gomes/CMSP

“História é relato de fatos passados e dignos de memória. E, dentro desse universo de ideias, transporto-me para o século 5 a.C., chamado o Século de Péricles. Àquele tempo, enquanto Sólon legislava para Atenas, objetivando as letras e as artes, Licurgo, em Esparta, cuidava do homem, de seu aspecto físico e de sua performance junto à sociedade. Dentre os ensinamentos de Licurgo, um há que ser rememorado e trazido à colação: ‘Quando o velho fala, o jovem cala’. E isso trouxe à antiga civilização grega todo aquele monumento que integra hoje a cultura internacional. História é repetição de fatos pelos séculos afora. Oxalá um dia surja um conceito à Licurgo, pois nisto observamos toda a transcendência da presença do velho na sociedade, e isto diz tudo.”

Trecho de discurso feito em 10/4/1996, em comemoração ao 10º aniversário de fundação do Conselho Estadual do Idoso



Arquivo pessoal

Os vários anos de dedicação de Vita a São Paulo foram reconhecidos. Em uma homenagem com a qual apenas ele foi agraciado, em 1975 recebeu o título de presidente emérito da Câmara pelas obras que realizou e por ter erguido, nas palavras do então vereador Celso Matsuda, “um alicerce administrativo firme para que o Poder Legislativo possa, eficazmente, assistir a cidade de que se orgulha tanto”. Parlamentares de vários partidos apoiaram a ideia. Brasil Vita se emociona ao falar da homenagem: “Foi a maior alegria que senti na minha vida parlamentar”.

O ex-vereador também recebeu uma honraria inédita na Câmara para alguém vivo. Por determinação do então presidente Nelo Rodolfo, em 1997 o Salão Nobre do Palácio Anchieta, até então cha-

mado Prestes Maia, foi rebatizado como Presidente João Brasil Vita. “A medida vem ao encontro de uma realidade inafastável: o Parlamento Municipal já se encontra há muito marcado pela pessoa do homenageado, pelas suas realizações políticas e pelas qualidades de um tribuno memorável”, afirmaram vereadores de três Comissões da Câmara em documento de apoio à proposta.

Entre as passagens negativas, foi acusado por uma Comissão Especial de Inquérito (CPI) de improbidade administrativa por ter dispensado licitação pública para a realização de reformas no heliporto do Palácio Anchieta. “Eu não tinha nada a ver com aquela história”, garante Vita. Em 1989, o Plenário da Câmara decidiu que ele não seria cassado.

Nas quatro décadas em que esteve na Câmara, um episódio marcou profundamente Brasil Vita: uma traição que sofreu em 1981. Na ocasião ele tentava mais uma vez



Mozart Gomes/CMSP

TRICOLOR • São-paulino entusiasmado, recebeu homenagem do clube

ser presidente da Casa e disputava o cargo com Antônio Sampaio. A CMSP tinha 21 vereadores: 11 estavam com Vita e 10 com Sampaio. Os pró-Vita ficaram hospedados em um hotel próximo à Câmara para evitar deserções. Um deles, Paulo Rui de Oliveira, fazia aniversário naquele dia e pediu para passar a noite em casa, com a família. Teve o pedido aceito, mas fora do “confinamento” recebeu um presente inesperado: a proposta de Sampaio



DIVERSÃO • Vita e o neto: “Se ele fosse mais velho, iria para a farra comigo”

Arquivo pessoal

“Somos um poder desarmado. E, apesar disto e por causa disto, somos o único Poder Legislativo desta Terra que tem e precisa ter clientela eleitoral. E por quê? Tudo aquilo que acontece na urbe, nesta Desvairada Pauliceia, no entender do poeta; tudo aquilo que diz respeito ao homem comum da rua tem reflexos imediatos nesta Casa de Leis. O transporte, o ponto de encontro, o posto de saúde, a escola, a calçada, o tráfego, o hospital público, a educação, tudo isso é resolvido por esta Casa de Leis. Até numa hora de grande constrangimento, de grande dor, quando falece alguém, um ser querido, temos de cuidar do cemitério; isso é objeto também desta Casa. A importância desta instituição é de tal porte, de tal sorte que, se ela não existisse, nós não teríamos a verdadeira escola da democracia.”

Trecho de discurso feito em 14/4/2004, na instalação do Conselho de Ex-Presidentes da CMSP



TESTEMUNHO • Livro de memórias só será publicado após sua morte

para que fosse o candidato a presidente. Paulo aceitou e foi eleito por 11 votos a 10. Vita nunca o perdeu. Passaram-se mais de três décadas desde a traição e ele ainda se refere a Paulo Rui, morto há 13 anos, com palavras duras.

Longe do cargo de vereador, continua a defender o Parlamento paulistano. “A Câmara traduz a vida de uma cidade como São Paulo, tudo o que a cidade precisa é decidido lá”, argumenta. Vita vai diariamente a seu escritório na Praça Ramos, ao lado do Theatro Municipal. Desde que se formou, em 1946, exerce advocacia criminalista. “Adoro a minha profissão”, diz com um entusiasmo de recém-formado. Também se ocupa revisando um livro de memórias escrito por ele mesmo, mas ainda não publicado “pois teme ser assassinado”. “Só será publicado após a minha morte, nele eu conto muitas verdades, algumas perigosíssimas”, avisa.

TRICOLOR PAULISTA

Além de apaixonado por São Paulo, a cidade, o ex-parlamentar também é apaixonado pelo São Paulo, o time. É o sócio número 1

e já presidiu o Conselho Consultivo e o Conselho Deliberativo. João Brasil Vita Júnior conta que o pai, antes de registrá-lo no cartório, registrou-o como sócio do São Paulo Futebol Clube. “Costumo dizer que me tornei são-paulino antes de me tornar brasileiro”, diz Júnior.

Como vereador, em 1982 Vita atuou para que a Câmara aprovasse projeto enviado pela Prefeitura concedendo ao São Paulo, pelo período de 40 anos, um terreno municipal para o clube instalar o centro de treinamento. Como agradecimento, o ex-parlamentar recebeu uma placa de homenagem do clube.

Apesar dos convites que Brasil Vita diz ter recebido para ser presidente do time, nunca aceitou o cargo. “Acho que o presidente do São Paulo tem de ser um jovem, quero dizer, alguém com 40, 50 anos”, justificou. Quanto às chances de o São Paulo ganhar o Campeonato Brasileiro deste ano, ele se mostra confiante. “Eu sempre acredito no São Paulo e estamos com um time de craques.”

OPINE E ACESSE CONTEÚDO EXTRA

E-mail: apartes@camara.sp.gov.br

[f /RevistaApartes](https://www.facebook.com/RevistaApartes) [@RevistaApartes](https://twitter.com/RevistaApartes)

MILITÂNCIA
Ícone do movimento cara pintada, Cecília Lotufo tornou-se conselheira em Pinheiros

Um novo jeito de fazer a diferença

No primeiro ano de vida, Conselho Participativo Municipal busca entender seu papel na vida política de São Paulo

Fausto Salvadori Filho | fausto@camara.sp.gov.br

Cecília Lotufo tinha 17 anos quando matou aula, numa tarde de 1992, para protestar nas ruas contra o então presidente Fernando Collor de Mello, acusado de corrupção. Ela teve a ideia de pintar o rosto, gesto que foi imitado pelos demais manifestantes e se tornou a marca dos protestos. Cecília se tornou uma das caras mais conhecidas do “movimento cara pintada” e percebeu que, mesmo sem qualquer vínculo político formal, podia fazer diferença no mundo.

“Eu não era vinculada a partido nem nada, mas virei a porta-voz de uma geração. Comecei a me ver

como um agente de transformação real”, conta Cecília, hoje com 39 anos, dona de uma pizzaria e mãe de dois filhos. Sem interesse pela política partidária, criou suas maneiras de atuar politicamente, primeiro com o Instituto Kairós, que ensina consumo responsável nas escolas, e depois com o Movimento Boa Praça, que busca resgatar as praças como espaços de convivência.

No ano passado, Cecília abraçou a novidade do Conselho Participativo Municipal. Tornou-se uma dos 1.125 conselheiros eleitos pela primeira vez na cidade de São Paulo. “Entrar para o Conselho é uma continui-

dade de tudo o que vivi. Faz parte do meu processo de atuar na construção de políticas públicas sem entrar para um partido”, afirma.

O Conselho Participativo Municipal foi criado no ano passado, filho da união entre governo e oposição. A proposta nasceu de duas emendas do vereador José Police Neto (PSD) à Lei 15.764/2013 (autoria do Executivo), aceitas e sancionadas pelo prefeito Fernando Haddad (PT). De acordo com a Lei, os conselheiros devem zelar para que os direitos da população sejam atendidos pelos serviços públicos, monitorando a execução do orçamento e do Plano de Metas, entre outras atividades. “O Conselho Participativo leva a decisão para mais próximo do território do cidadão”, explica Police.

RESPOSTA A JUNHO

Os conselheiros são representantes eleitos pelos 96 distritos que compõem as 32 Subprefeituras do Município. Segundo o Decreto 54.156/2013, que regulamentou o Conselho Participativo Municipal, para concorrer ao cargo basta ter mais de 18 anos e apresentar as assinaturas de apoio de pelo menos 100 pessoas residentes na região. O cargo não é remunerado e o número de conselheiros varia entre 19 e 51 para cada Subprefeitura, de acordo com a população. A distribuição garante que cada conselheiro seja o representante de 10 mil habitantes.

Segundo Police, isso deve ajudar a tornar a gestão municipal mais descentralizada e, portanto, mais democrática. “São Paulo não tem uma gestão democrática porque é grande demais. Com 11 milhões de habitantes, cada vereador representa 300 mil pessoas. Com uma escala dessas, as decisões acabam sendo absoluta-



DEBATE • Encontro na Câmara debateu os primeiros seis meses do Conselho

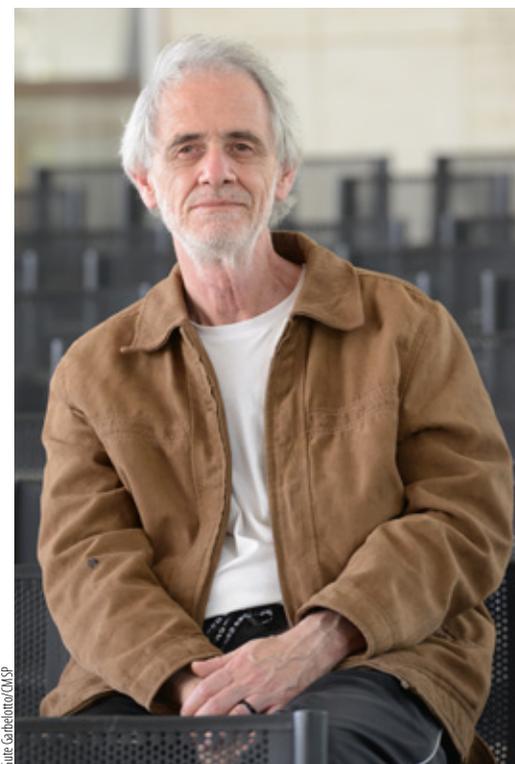
mente centralizadas”, afirma o vereador. Com mais de mil conselheiros participando da administração, é possível “trazer para o centro do poder o cidadão, e não o político”.

A primeira eleição dos conselheiros foi realizada em 8 de dezembro, com a participação de 600 mil eleitores. A rapidez para pôr a novidade em funcionamento foi uma forma de reagir aos protestos de junho de 2013. “A eleição ainda neste ano é uma resposta ao clamor das ruas, ao pedido de maior participação nas administrações”, afirmou, em novembro, o então secretário municipal de Relações Governamentais, João Antonio, em entrevista à revista *Época*.

EM CONSTRUÇÃO

Os conselheiros que assumiram em janeiro ainda estão aprendendo a atuar numa função que está sendo construída. Uma de suas tarefas é

ATOR • Paulo Goya, conselheiro da Bela Vista, acredita na democracia direta



participar da definição de obras a serem executadas com o orçamento das Subprefeituras. Sancionado em julho passado, o Plano Diretor Estratégico (PDE) trouxe mais uma atribuição para esses representantes: aprovar os Planos de Bairro. Além disso, 64 conselheiros participativos (dois para cada Subprefeitura) compõem o Conselho de Planejamento e Orçamento Participativos (CPOP), implantado em abril deste ano, com 106 assentos.

Na prática, os conselheiros dizem que ainda encontram dificuldades para emplacar um modelo de participação popular na gestão pública. “A Subprefeitura aparece com uma lista de projetos prontos para a gente votar. Enquanto conselheiros, nós é que deveríamos pautá-la”, analisa Cecília, eleita pelo distrito de Alto

de Pinheiros. Ela também aponta que, para descentralizar as decisões, é preciso dar mais poder e recursos às Subprefeituras. “Tudo ainda é muito centralizado. As Subs não conseguem atuar de maneira adequada, porque não têm verba. Não tem muito o que a gente possa fazer para ajudar”, diz.

O condutor escolar Sebastião Ronildo Dantas, 49 anos, eleito conselheiro pelo distrito de Cidade Ademar, na Subprefeitura de Cidade Ademar, lembra uma ocasião em que encontrou uma maneira de aprimorar os gastos públicos: reuniu os conselheiros para analisar em detalhes a aplicação de uma dotação de verba destinada a revitalizar dez praças e vielas de sua região. Para isso, usaram aquele conhecimento da cidade que só os moradores têm. “Mostramos que algumas praças e vielas listadas não precisavam de reforma, e outras que estavam de fora

sim. No final, com a mesma verba de R\$ 1 milhão, aumentamos de dez para 20 os locais beneficiados”, conta. Filiado a um partido político, Sebastião não vê oposição entre a atuação como conselheiro e a política profissional. “Pretendo fazer uma boa gestão e me candidatar a vereador em 2016.”

Outros não pensam assim. Em 21 de agosto, durante um debate na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) que avaliou o primeiro semestre de existência do Conselho Participativo Municipal, alguns atacaram a presença de conselheiros ligados a agremiações políticas. “Teve partido que aparelhou os conselhos como se fosse um tabuleiro de xadrez para ser jogado num ano de eleição”, reclamou o engenheiro Jorge Ifraim, 51 anos, conselheiro do distrito de Santana, pela Subprefeitura de Santana-Tucuruvi.

Justiça vetou primeira versão do Conselho

Embora tenha recebido o empurrão das passeatas de junho de 2013, a ideia do Conselho Participativo Municipal já fazia parte da Lei Orgânica do Município, de 1990, com o nome de Conselho de Representantes. A Mesa da Câmara Municipal tentou criar o órgão em 2004, com a Lei 13.881. No ano seguinte, o Ministério Público moveu uma ação afirmando que a lei era inconstitucional, por criar cargos e funções na administração pública através de uma norma idealizada pelo Legislativo, algo que só o Executivo pode fazer.

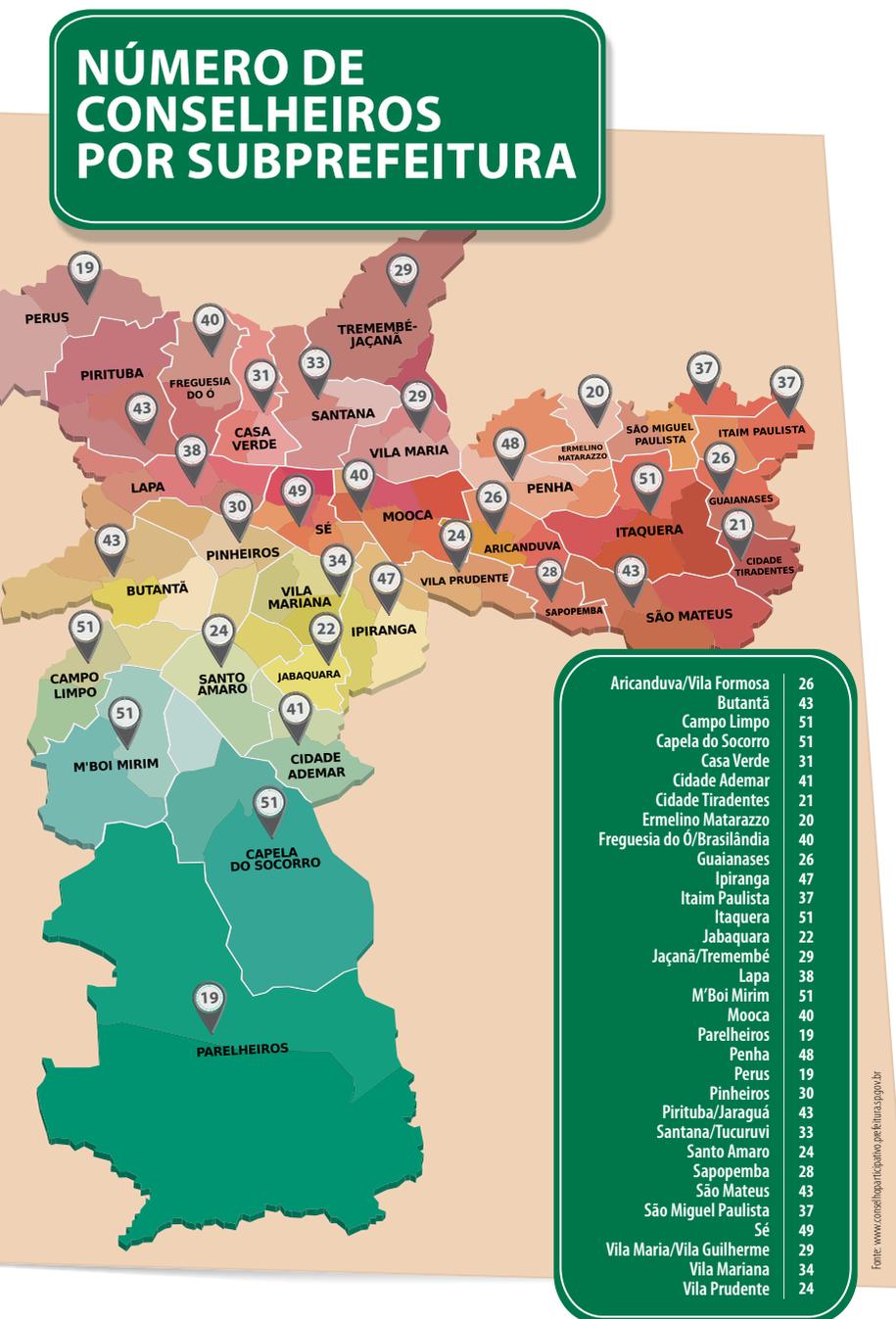
A ação foi acatada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, que considerou inconstitucional não apenas a lei, como também os artigos 54 e 55 da Lei Orgânica, que haviam criado o Conselho. O caso aguarda julgamento no Supremo Tribunal Federal.

PARTICIPAÇÃO

“Os partidos partem a sociedade em fatias, e eu acredito mais no que é feito horizontalmente e em rede”, afirma Iffraim. Dono de um café, ele começou a atuar como ativista a partir das conversas que tinha com os clientes sobre os problemas do bairro. Foi membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Cades) e hoje ajuda a desenvolver o Plano de Bairro de Santana. Apesar das críticas, afirma que continua a acreditar no projeto. “É um conselho de governança pública gigantesco, como a gente nunca teve, e as pessoas ainda estão entendendo o que é”, diz. “Tenho esperança de que vamos construir uma democracia diferente.”

Presente no debate, o professor Marcelo Nerling, do Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (USP), disse que os partidos não podem ser vistos como inimigos da participação popular. “Temos que superar o dogma de que o sujeito que se filiou a um partido político não presta”, afirmou. Segundo ele, a criação dos conselhos ajuda as pessoas a se lembrarem de lições apagadas pelos anos de autoritarismo. “A ditadura fez a sociedade civil e a política se esquecerem de como dialogar uma com a outra. Agora é um momento de grande aprendizagem.”

Militante há 12 anos pela preservação do patrimônio histórico



e cultural da cidade, o ator Paulo Goya, 62 anos, conselheiro da Bela Vista (Subprefeitura da Sé), acredita que a democracia representativa não funciona mais. “O Conselho é uma abertura em direção a uma nova democracia participativa direta, que talvez leve séculos para ser construída”, diz. Enquanto isso, ele se empenha em realizar um bom trabalho: “Queremos deixar para o próxi-

mo Conselho, que será eleito em 2015, a nossa experiência e vivência, torcendo para que melhorem o que a gente deixou.”

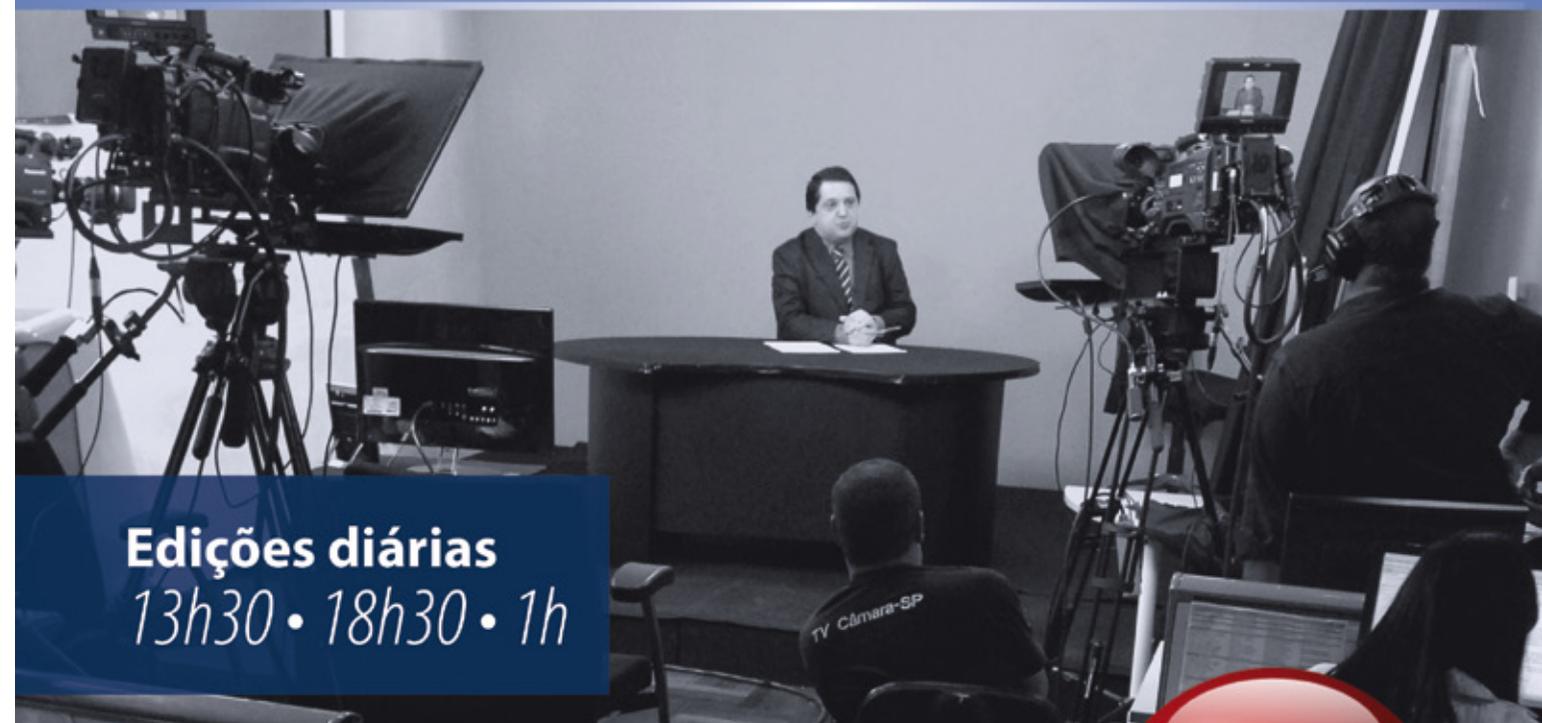
SAIBA MAIS

Site

conselhohparticipativo.prefeitura.sp.gov.br

JORNAL DA CÂMARA

NOTÍCIAS, INFORMAÇÕES E SERVIÇO



Edições diárias
13h30 • 18h30 • 1h

Confira isso e muito mais em:

Canal 61.4 (aberto digital - 24h)

Canais a cabo 7 (digital) e 13 (analógico) NET, das 13h às 20h

Transmissão on-line pelo portal www.tvcamara.sp.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO



Notícias, pautas das sessões, projetos de lei,
debates, legislação, resultados de votações,
agenda de eventos e mais...

www.camara.sp.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO